

Trabalho de Graduação
Curso de Graduação em Bacharelado em Geografia

O LABIRINTO DA FRUSTRAÇÃO SUPERADO? A GEOPOLÍTICA DO
SUBDESENVOLVIMENTO E DA DEPENDÊNCIA NOS ACORDOS BILATERAIS
ENTRE BRASIL, URUGUAI E VENEZUELA

Fernando Nogueira Oliveira de Moraes

(orientador)

Prof. Dr. José Gilberto de Souza

Rio Claro (SP)

2018

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

FERNANDO NOGUEIRA OLIVEIRA DE MORAES

O LABIRITO DA FRUSTRAÇÃO SUPERADO? A
GEOPOLÍTICA DO SUBDESENVOLVIMENTO E DA
DEPENDÊNCIA NOS ACORDOS BILATERAIS ENTRE
BRASIL, URUGUAI E VENEZUELA

Estágio Supervisionado ou Trabalho de
Graduação apresentado ao Instituto de
Geociências e Ciências Exatas - Câmpus
de Rio Claro, da Universidade Estadual
Paulista Júlio de Mesquita Filho, para
obtenção do grau de Bacharel em
Geografia.

Rio Claro - SP

2018

FERNANDO NOGUEIRA OLIVEIRA DE MORAES

O LABIRITO DA FRUSTRAÇÃO SUPERADO? A
GEOPOLÍTICA DO SUBDESENVOLVIMENTO E DA
DEPENDÊNCIA NOS ACORDOS BILATERAIS ENTRE
BRASIL, URUGUAI E VENEZUELA

Trabalho de Graduação apresentado ao
Instituto de Geociências e Ciências
Exatas - Câmpus de Rio Claro, da
Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho, para obtenção do grau de
Bacharel em Geografia.

Comissão Examinadora

Profº José Gilberto de Souza (orientador)

Profª Angelita Matos Souza

Profº Samuel Frederico

Rio Claro, 29 de outubro de 2018.

Assinatura do(a) aluno(a)

assinatura do(a) orientador(a)

Dedico este singelo trabalho a
Elysse DaVega, que acompanhou
seu desenvolvimento desde o início

“Tratamos el mismo assunto Orientales y argentinos, Ecuatorianos, fueguinos, Venezolanos, cuzqueños; Blancos, negros y trigueños. Forjados um el trabajo, nacimos de um mismo gajo del árbol de nuestros sueños.”

(Alfredo Zitarossa)

Resumo

O presente estudo tem como objetivo central construir uma reflexão acerca das problemáticas do subdesenvolvimento e da dependência na América Latina a partir da análise dos principais acordos e tratados bilaterais entre Brasil e Uruguai e Brasil e Venezuela. A intenção primeira dessa reflexão era ponderar sobre os acordos regionais entre países subdesenvolvidos e descobrir se os mesmos são capazes de contribuir para a superação do mesmo subdesenvolvimento e dependência que afligem os países da América Latina. Baseando-se conceitualmente em autores os quais contribuíram largamente para tais discussões, como Celso Furtado e Ruy Mauro Marini, fizemos um panorama geral dos mais relevantes aspectos do subdesenvolvimento nas economias latino-americanas. Realizamos também um esforço de desenhar um quadro dos principais momentos históricos dos países envolvidos desde a colonização. Após empreendermos as análises dos acordos de fato e refletirmos o conteúdo e quantidade dos acordos à luz da conceituação teórica do subdesenvolvimento, chegamos à conclusão de que não só os acordos não são capazes de ajudar país algum a sair do poço do subdesenvolvimento, como também que os mesmos acordos são muito mais consequências do que causas de um crescimento econômico conjuntural. Nenhuma estrutura de poder é modificada com simples acordos e tratados.

Palavras-chave: subdesenvolvimento, dependência, América Latina, acordos bilaterais,

Abstract

The central objective of the present study was to build a reflection about the underdevelopment and dependency matters in Latin America from an analysis of the most relevant bilateral agreements and treaties between Brazil and Uruguay and between Brazil and Venezuela. Our first intent was to ponder the regional agreements between underdeveloped countries and find out if these agreements could assist them in the surpassing of the same underdevelopment and dependency which affect the Latin American countries. Basing ourselves conceptually on authors which contributed vastly in these discussions, like Celso Furtado and Ruy Mauro Marini, we did a general outlook of underdevelopment aspects in Latin American economies. We also executed an effort to construct a presentment upon the essential historical moments of the studied countries since colonization. After we undertook agreements analyses and thought over about the content and quantity of it considering of the theoretical conceptualization, we came to the conclusion that not only the agreements are able to help no country to surpass underdevelopment status, but also that the same agreements are much more a matter of a consequence than the cause of a conjunctural economic growth. No power structure is modified with simple agreements and treaties

Keywords: Underdevelopment, dependency, Latin America, bilateral agreements

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 QUEM ESTAVA NO VOLANTE DO PLANETA QUE MEU CONTINENTE CAPOTOU? AMÉRICA LATINA E O CAMINHO PARA O FRACASSO.....	12
2.1 O Novo Mundo ou a vã glória de colonizar.....	13
2.2 Onde está o subdesenvolvimento.....	17
2.2.1 Assimetria nas relações internacionais.....	19
2.2.2 Mercado Interno incipiente e superexploração do trabalho.....	20
2.2.3 Dependência tecnológica.....	21
2.2.4 Industrialização como miragem de progresso.....	22
3. BRASIL, URUGUAI E VENEZUELA: TRÊS FOLHAS DO MESMO TREVO?.....	25
3.1 Brasil: o gigante lusófono.....	28
3.2 Uruguai: de província oriental em ebulição a Suíça sul-americana.....	30
3.3. Venezuela: Da paupérrima Capitania-Geral à faca de dois gumes do petróleo.....	32
4. ANÁLISE DOS ACORDOS BRASIL-VENEZUELA E BRASIL-URUGUAI.....	35
4.1 Brasil e Venezuela.....	36
4.1.1 A década de 1990: Pouquíssimos acordos focalizado37s em infraestrutura.....	37
4.1.2. A década de 2000: muitos acordos e o social aparece.....	38

4.2 Brasil e Uruguai.....	45
4.2.1 Década de 1990: Acordos de desenvolvimento de infraestrutura na 6ª região de fronteira.....	46
4.2.2 Década de 2000: mais acordos de infraestrutura e pautas sociais ficam mais evidente.....	47
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: MAS QUE FINAL?.....	53
NOTAS.....	55
REFERÊNCIAS.....	58
REFERÊNCIAS: DOCUMENTOS BRASIL-VENEZUELA.....	60
REFERÊNCIAS: DOCUMENTOS BRASIL-URUGUAI.....	67

1.Introdução

Para maior parte dos olhares progressistas acurados para a realidade em que vivemos no mundo e, em especial, na América Latina, a década de 2010 foi uma década conturbada politicamente e cheia de retrocessos em diversos países. Em 2009, um golpe de Estado afastou o presidente hondurenho Manuel Zelaya¹. Um processo de impeachment contestadíssimo no Paraguai em 2012 pôs um fim no governo progressista de Fernando Lugo². Outro impeachment de validade duvidosa em 2016 que impediu a presidenta Dilma Rouseff. Escalada gigantesca da violência na Venezuela em decorrência da intensa deteriorização política iniciada já antes da morte de Hugo Chávez. O retorno do eterno fantasma da inflação e da crise econômica da Argentina após a eleição do candidato neoliberal Mauricio Macri à presidência em 2016³.

Multiplicam-se os sintomas semelhantes em distintos países de algo parecido com uma crise. Mas que crise é essa? Uma crise na qual o denominador comum está no fim de governos progressistas e trabalhistas, seja por derrotada nas eleições ou por golpes de Estado, e o retorno da elite conservadora mais uma vez ao poder (se é que elas alguma vez sequer abandonaram o mesmo).

Qualquer um que conheça um pouco da história deste continente sofrido poderia até mesmo arriscar uma interpretação. Neste pequeno trabalho, arriscar-nos-emos ao esforço de compreensão desse caos que consiste em parte da realidade latino-americana e iremos além: temos a talvez ingênua pretensão de ponderar se existe uma maneira de, se não superar, ao menos contribuir para a superação de um processo histórico que se assemelha a um labirinto de espelhos: o subdesenvolvimento.

Subdesenvolvimento enquanto conceito, que será melhor caracterizado mais tarde, e seu contraponto - desenvolvimento - estão relacionados diretamente com poder econômico e político; ao mesmo tempo em que o conceito de região desde seu início, segundo Hasbaert (2010), está intrínseco ao de poder. Portanto, através de um silogismo simples, é possível considerar que haja uma relação entre subdesenvolvimento e região. Não está no nosso escopo realizar alguma longa discussão acerca do conceito de região. Contudo, estamos tomando como princípio que região possui duas principais dentro de suas quase infinitas faces: região está ligada a poder e constitui a manifestação deste no espaço geográfico; e região tem o atributo de reunir elementos possuidores de mesma característica ou conjunto de características no interior de sua limitação. Como esses dois princípios podem nos ajudar em nosso estudo?

Diversos autores de vários países latino-americanos desde o final da Segunda Guerra Mundial tentaram conjecturar as causas do subdesenvolvimento latino-americano (tratado aqui como baixo desenvolvimento das forças produtivas em relação aos países centrais do capitalismo) e os possíveis caminhos para sua superação. O subdesenvolvimento sempre foi tratado pelos mesmos autores como aspectos comuns nas estruturas econômico-sociais de tal sorte que a origem desses aspectos remontariam aos seus passados coloniais.

O conceito de região, portanto, e seus dois princípios adotados aqui são extrema utilidade nesses estudos e no que convencionou-se em chamar de América Latina por dois motivos: 1) Demonstra que houve uma relação de poder influída diretamente nestas terras por potências estrangeiras as quais internalizaram aqui lógicas de produção estranhas a essas terras e a quem residia nelas. Se houve uma imposição de lógicas e trabalho e produção estranhas aqui durante a colonização, criou-se a partir daí a primeira divisão internacional do trabalho, o Pacto Colonial, que nada mais é do que uma divisão territorial do trabalho criadora de diferentes regiões produtivas ao longo do globo terrestre e 2) atesta que, independentemente de todas as diferenças históricas, sociais e econômicas entre todos os países dessas partes, ainda é

possível realizar um esforço para compreender os aspectos arraigados em suas estruturas que os fazem ser o que são hoje.

De modo que a explicitação de conceitos é algo extremamente caro em nosso estudo, convém expor o uso que faremos das expressões América Latina e América do Sul. Entendemos que as expressões possuem sentidos dramaticamente distintos, de maneira que América Latina detém sentidos muito mais econômicos e culturais e América do Sul, um sentido mais geográfico-descriptivo. Contudo, como ambos os nomes se sobrepõem no espaço geográfico (América Latina engloba toda América do Sul, América Central, Caribe e parte da América do Norte) faz-se necessário uma consideração: todos os países abordados no estudo pertencem a América do Sul, no entanto, pelos mesmos sentidos econômicos e culturais que América Latina possui, temos preferência pelo uso desta expressão.

O que estamos propondo neste trabalho é estudar como acordos de cooperação internacional entre os países aqui da América do Sul podem influenciar ou mesmo auxiliar os países a ultrapassarem as entravas impedoras do desenvolvimento. No entanto, meros acordos internacionais conseguem ter um peso tão significativo para os países? A natureza dos acordos e suas áreas de influência são alteradas em distintos governos com diferentes orientações ideológicas? Esses acordos podem atuar direta ou indiretamente nos índices econômicos e sociais dos países (PIB e IDH) ? A fim de procurar responder todas questões, decidimos concentrar nossa pesquisa em um estudo de caso no qual serão avaliadas a natureza dos acordos bilaterais entre Brasil e Uruguai e Brasil e Venezuela.

Escolhemos apenas estes 3 países, diferentemente dos 6 países indicados no pré-projeto, com intuito de afunilar mais a pesquisa. Concentramo-nos apenas em acordos bilaterais entre Brasil e Venezuela e Brasil e Uruguai no período de 1993 a 2011.

Tal recorte temporal foi decidido por uma razão muito clara: esse período abrange a sucessão de governos neoliberais e trabalhistas nos três países estudados. Enquanto na década de 1990, todos os três países estavam sob governos neoliberais, a década seguinte testemunhou a ascensão de governos trabalhistas e de orientação mais à esquerda do espectro político. E, como

esmiuçaremos mais tarde, a guinada à esquerda influenciou tanto quantitativamente, quanto qualitativamente nos acordos bilaterais entre esses países.

Foram analisados mais de 130 documentos desde memorandos, ajuste complementares a acordos previamente firmados, declarações conjuntas e diversos outros tipos de documentos e cerca de 80 destes são citados no trabalho por serem de relevância. Nossa fonte primária de pesquisa foi o Portal Concórdia, responsabilidade da Divisão de Atos Internacionais que, por sua vez, é subalterna ao Ministério de Relações Exteriores de República Federativa do Brasil. Dos 130 arquivos analisados, concentramo-nos em acordos econômicos e sociais, basicamente relacionados a infraestrutura, a criação de comissões de pesquisa e desenvolvimento técnico-científico, e a criação de programas sociais, todos em vigor ainda hoje.

Na primeira parte do estudo, esclareceremos minuciosamente os conceitos a serem utilizados mais frequentemente - subdesenvolvimento, dependência, neoliberalismo, etc - a partir de estudos de autores consagrados pelos esforços em direção a esses temas como Celso Furtado, Ruy Mauro Marini, Yves Lacoste, entre outros. Na segunda parte, realizaremos um apanhado mais detalhado da história dos países por nós analisados neste trabalho fazendo usufruto dos conceitos anteriormente citados. Na terceira parte estará o estudo de caso em si no qual demonstraremos os resultados de nossa pesquisa dos acordos internacionais. A quarta e última parte estará destinada às conclusões retiradas dos nossos esforços.

2. Quem estava no volante do planeta que meu continente capotou? América Latina e o caminho para o fracasso

Em seu ensaio sobre agitados cinquenta anos de história da Argentina, Kaplan (1988) escreve:

A interpretação do processo histórico argentino nos últimos cinquenta anos, de 1925 a 1975, tem-se constituído num desafio para investigadores e políticos, ideólogos e dirigentes sociais [...] Desde 1930 até hoje, a Argentina altera - com algo assim como a fatal regularidade de certos fenômenos naturais - as formas de autoritarismo e de regressão com breves interlúdios de democracia liberal restringida e de relativa abertura social e cultura. A isso vêm-se agregando cada vez mais as expressões de algo muito parecido a uma subterrânea

vocação pela entropia e pela autodestruição, sobretudo através da generalização e da intensificação de estilos e modalidades de violência impiedosa que exprimem e reforçam as tendências regressivas que prevalecem em todos os aspectos da vida nacional e que já lançam o país nas convulsões da guerra civil (p.19, grifo nosso).

Esse trecho é de grande utilidade para nosso trabalho. Sintetiza brilhantemente a estrutura social argentina responsável por esse arcabouço de conjunturas cíclicas e de eterno retorno a um estado de violência social. Contudo, essa descrição da realidade argentina pode, muito bem, ser transportada analogamente - guardadas as devidas proporções - para as realidades de outros países americanos. O próprio nome ao qual é criado para determinar essa "vocação para autodestruição" é "labirinto da frustração".

Ora, é exatamente isso em que os países latino-americanos vivem. Períodos longos de violência social acentuada (com o tempo variando de país para país) intercalados com breves períodos de governos democráticos. Acrescentaríamos ainda que esse labirinto da frustração está repleto de espelhos. Os espelhos são os responsáveis por criar as miragens de saída com as quais nos deleitamos até o momento de percepção de que aquilo não era a saída, mas apenas outro longo corredor. Mas e o que é a saída desse sombrio labirinto? É a resposta para alçar ao tão almejado desenvolvimento.

Obviamente estamos generalizando para afastar um pouco a lente usada para analisar a América Latina em suas matizes principais. É claro que não serão esquecidas as nuances próprias de cada país. Justamente por esta razão lançar-se-á mão da análise de três países latino-americanos. Para compreendermos ao menos as principais variantes que organizam a estrutura social nos países deste subcontinente, vê-se necessário, primeiramente uma conceituação acerca da origem da América Latina e a procura pelo âmago de sua formação.

2.1 O Novo Mundo ou a vã glória de colonizar

Os portugueses e espanhóis adoram se vangloriar de seu pioneirismo nas aventuras das Grandes Navegações. Mas por que os povos que habitavam aquela península distante, praticamente isolados do restante da

Europa pelos Pirineus tiveram tal relevância neste momento histórico? Por que foram os ibéricos os primeiros a se lançarem a imensidão infinita do "mar oceano" atrás de fosse o que fosse?

Sérgio Buarque de Holanda (2016) em seu magistral "Raízes do Brasil" atribui aos ibéricos o que ele denomina de "espírito aventureiro". Uma espécie de tipo psicológico social moldador da consciência coletiva dos povos da península. Teriam eles se lançado ao mar em decorrência dessa insaciável cede por aventuras fantásticas e riquezas fáceis. Celso Furtado (1970), indo nesse mesmo sentido, relaciona o longo e lento processo de Reconquista da Península Ibérica como algo de relevância a estimular esse espírito aventureiro, tendo em vista a participação de pessoas de diversas partes da Europa nessas guerras em busca de aventura.

Contudo a existência do suposto espírito aventureiro não explica suas causas. Boris Fausto em sua História do Brasil (1999) apresenta uma série de motivos mais palpáveis e concretos do porquê, no caso, os portugueses terem se lançado ao mar:

Para começar, Portugal se afirmava no conjunto da Europa como país autônomo, com tendência a voltar-se para fora. Os portugueses já tinham experiência, acumulada ao longo dos séculos XIII e XIV, no comércio de longa distância [...]. Sem dúvida, a atração para o mar foi incentivada pela posição geográfica do país, próximo às ilhas do Atlântico e à costa da África [...]. [Também] durante todo o século XV, Portugal foi um reino unificado e menos sujeitos a convulsões e disputas [...]. Por último, lembremos que, no início do século XV, a expansão correspondia aos interesses diversos das classes, grupos sociais e instituições que compunham a sociedade portuguesa. Para os comerciantes era a perspectiva de um bom negócio; para o rei era a oportunidade de criar novas fontes de receita em uma época em que os rendimentos da Coroa tinham diminuído muito, além de ser uma boa forma de ocupar os nobres e motivo de prestígio; para os nobres e os membros da Igreja, servir ao rei ou servir a Deus cristianizando "povos bárbaros" [...]; para o povo, lançar-se ao mar significava sobretudo emigrar, tentar uma vida melhor, fugir de um sistema de opressões [...]. Daí a expansão ter-se convertido em uma espécie de grande projeto nacional, ao qual todos, ou quase todos, aderiram e que atravessou os séculos (p.21-22-23).

A colonização de terras americanas foi, por conseguinte, um episódio da expansão do mercado de trocas europeu na qual os países ibéricos estavam na vanguarda da expansão.

É de interesse o esclarecimento do que foi a colonização, uma vez que todo esse empreendimento político, econômico e social criou e moldou de maneiras indelévels as atuais sociedades latino-americanas. Suas marcas são

sentidas ainda hoje. É lugar-comum a relação entre colonização, de um lado, e subdesenvolvimento, de outro. Autores de distintas ideologias atestam a validade e a existência desse par de conceitos. Mas como exatamente se definiria uma colônia?

Ela é um espaço novo, na perspectiva do colonizador. Um espaço ganho da natureza, outros povos e de outros Estados. Uma adição de terras ao fundo territorial sob sua soberania. Por isso a determinação básica da colônia é a conquista, entendida aqui como uma relação específica entre uma sociedade que se expande e as pessoas, recursos e áreas dos lugares onde se exercita essa expansão. A violência e a expropriação são assim dados irredutíveis desse processo, variando em grau, mas sempre presentes em suas manifestações. Colonização implica assim, antes de mais nada, uma hierarquia entre sociedade e entre lugares (Moraes et al., 1996, p.143-144).

A colonização não foi uniforme ao longo do continente. Ao contrário, houve diferenças qualitativas e quantitativas as quais, mais tarde, iriam moldar as características específicas de cada país. Enquanto no Peru e Bolívia a economia colonial era baseada na mineração, o nordeste brasileiro, a Venezuela e boa parte da América Central, a economia tinha suas bases assentadas na agricultura.

No entanto, ao mesmo tempo, é facilmente encontrável aspectos e situações comuns a todos os países. Exatamente por esses motivos que aplicação do conceito de região enquanto local onde se exerce poder (no caso, poder de fora) e local que há um temário de elementos identificáveis entre si é de interesse ao pensar em América Latina, não obstante as particularidades da trajetória de cada país.

Sérgio Buarque de Holanda em seu mesmo *Raízes do Brasil* (1999) irá afirmar também que a colonização foi realizada com um certo “desleixo”. O que Furtado (1970) chama de “ação individual” foi um dos principais elementos constituidores da estrutura social colonial. Essa ação individual nada mais era que, basicamente, confiar a responsabilidade da colonização a pessoas interessadas a participar desse processo. No caso da América Espanhola, o processo representante por excelência desse processo foi a *Encomienda* onde:

Encomendava-se, ou confiava-se a um conquistador um núcleo de população indígena, cabendo-lhe a responsabilidade de cristianizá-la. O *encomendero*, em razão da tutela que exercia sobre um grupo de população, passava a exercer privadamente funções de direito público, o que o colocava socialmente em posição comparável à do senhor feudal da Europa medieval. E como este

último, ele tinha responsabilidades no plano militar, cabendo-lhe organizar, por conta própria, a segurança local (FURTADO, 1970, p.30-31).

Na América portuguesa, o processo era basicamente o mesmo, ainda que não tivesse o mesmo nome. A Coroa confiava uma sesmaria a alguém e deste havia a obrigação de tornar a terra produtiva. Embora haja a comparação de poderio com os senhores feudais na Europa, não se deve considerar a instituição da colonização como análogo ao feudalismo por uma diferença básica que o próprio autor comenta:

Diferentemente dos senhores feudais, que extraíam um excedente da população submetida ao seu controle para utilizá-lo de uma ou outra forma na mesma região, o objetivo principal do espanhol que empreendia a conquista ou recebia a *encomienda* era extrair um excedente que pudesse ser transferido para a Europa. Seja porque estava habituado a formas de consumo que somente podiam ser satisfeitas mediante importações da Europa, seja porque a aventura americana tinha como objetivo último a conquista de uma posição econômica e social na Espanha, a verdade é que o *encomendero* não se interessava por um excedente que apenas pudesse ser utilizado localmente (Ibdem, 1970, p.31-32, grifos do autor).

Esse fato da colonização é de relevância. Demonstra que toda a estrutura de vivência aqui montada sempre foi voltada para fora. Desde seu âmago, o poder e foi concentrado na mão de pouquíssimos - aqueles que detinham posse da terra indicada pela coroa – de sorte que a propriedade, pelo mesmo motivo, também ficara concentrada na mão dos *encomenderos* ou sesmeiros em forma de latifúndios enormes⁴ {4}. E esses poderosos estavam voltados para a Europa, sem qualquer intenção de construir algo por essas partes que ultrapassassem os seus mesquinhos objetivos.

É interessante constatar a falta de identidade que essa estrutural econômica tinha com seu próprio espaço de vivência. O empreendimento se deu de tal maneira a desenvolver um sistema de produção nessas terras completamente alheio ao que ocorria por aqui, ou em outras palavras, internalizou-se lógicas produtivas distintas da dos autóctones. Criou-se um monopólio de produção e comércio no qual a colônia apenas poderia comercializar com sua respectiva metrópole. Esse denominado Pacto Colonial correspondeu a primeira lógica de Divisão Internacional do Trabalho e haveria de marcar toda história latino-americana.

A América Latina, por conseguinte, construiu-se enquanto região como locais de exploração e pilhagem nos quais apenas pouquíssimos senhores

tinham o poder e o controle real do que se era feito aqui⁵. Toda riqueza produzida ou pilhada deveria ser mandada, ao menos uma parte, para a metrópole num sistema monopolista. Nesses “moinhos de gastar gente”, como dizia Darcy Ribeiro, grande parte da população era relegada a pobreza extrema e dos grupos indígenas e de escravos africanos lhes eram arrancadas à força do trabalho e da exploração a suas humanidades⁶.

Essa estrutura social de exploração e de concentração de riquezas não mudou com o fim da colonização e a independência dos países latino-americanos, apenas ganhou novos contornos. E é a partir da colonização que os autores partiram para conceituar aquilo que eles chamaram de subdesenvolvimento.

2.2. Onde está o subdesenvolvimento?

Definir o que é subdesenvolvimento é tarefa mais árdua do que possa aparentar à primeira vista. O subdesenvolvimento está presente em nosso cotidiano a olhos vistos. O que testemunhamos muitas vezes pode ser compreendido como a falência do Estado ou sua incapacidade estrutural de lidar com certas questões de ordem de primeira importância.

Onde está o subdesenvolvimento, portanto? Está nos altíssimos níveis de violência social; está no sistema educacional relegado às moscas; está na gigantesca massa de pessoas em nível de subemprego em especial nas grandes cidades, enfim... os exemplos se multiplicam. Contudo, essas situações são ainda muito pouco para explicarmos onde está a raiz dessas mesmas mazelas. Elas apenas correspondem a materializações de um processo muito mais profundo.

Lacoste (1985) se lança ao intento de debater a origem do termo e como poderia ser melhor aproveitado na ciência geográfica. O primeiro tópico exposto pelo autor está justamente na dificuldade de definir claramente o termo. E isso se dá em decorrência da ampla difusão do mesmo por motivos, segundo o autor, muito bem definidos:

Sob o efeito dos meios de comunicação de massa, a palavra “subdesenvolvimento” foi largamente difundida e implantada nos mais diversos tipos de discursos, antes que o conceito tivesse sido objeto de uma tentativa de construção mesmo pouco rigorosa; os diversos “especialistas” interessados, todos igualmente influenciados como o “grande

público” por essa campanha, usaram da expressão dando-lhe toda uma série de significados, que era para eles uma maneira de torná-la compatível com a sua orientação ideológica e a sua especialização científica. Através de todo um jogo de conotações, elas se combinaram umas às outras, não sem contradições, na maior parte dos discursos, que são *raramente gratuitos* (Lacoste, 1985, p. 46-47, grifo nosso).

O mesmo autor também trata a questão também de escala de análise no espaço. Para fundamentalmente conjecturar o subdesenvolvimento, deve-se voltar-se à análise do “*espaço do Estado* (seja vasto ou pequeno) porque ele corresponde à extensão espacial de um aparelho de poder” (ibidem, p. 63, grifo do autor).

Por outro lado, se parte do esforço com intuito de iniciar-se na empreitada de esclarecer essa situação de “desenvolvimento insuficiente” está na compreensão da escala espacial (algo muito útil para nosso trabalho de investigar acordos realizados entre três países tachados de subdesenvolvidos), a raiz do problema do subdesenvolvimento está nas forças produtivas dos Estados. Furtado (1981) admite a sua complexidade e deixa bem claro a relevância de averiguar esse mérito:

Captar a natureza do subdesenvolvimento não é tarefa fácil: muitas são as suas dimensões e as que são facilmente visíveis nem sempre são as mais significativas. Mas se algo sabemos com segurança é que subdesenvolvimento nada tem a ver com a idade de uma sociedade ou de um país. E também sabemos que o parâmetro para medi-lo é o grau de acumulação de capital aplicado aos processos produtivos e o grau de acesso à panóplia de bens finais que caracterizam o que se convencionou chamar de estilo de vida moderno (p.22).

Estudiosos deste mérito de distintas origens metodológicas (o próprio Celso Furtado (ALMEIDA, 2009) e além de Ruy Mauro Marini (1990) concordam que a origem do subdesenvolvimento na América Latina está atrelada à colonização e à estrutura política, econômica e social a qual nos foi legada depois das independência dos Estados nacionais, algo já mais ou menos desenhada no capítulo anterior a respeito da colonização. Minuciaremos agora, com base nesses dois autores, as principais marcas do subdesenvolvimento em âmbito econômico e político na América Latina. Devemos salientar que essas maneiras de como o subdesenvolvimento se mostra são indissociáveis entre si. Apenas nos incomodamos de separá-las aqui por questões didáticas. Vamos a elas.

2.2.1 Assimetria nas relações internacionais

Economicamente, o subdesenvolvimento estaria relacionado a um desequilíbrio estrutural das balanças comerciais dos países latino-americanos nos quais a lógica de exportar produtos primários e importar bens manufaturados dos países industriais seria o cerne desse desequilíbrio. Essa situação cria uma dependência forte e crônica dos países exportadores ao mercado internacional. Quando os preços do determinado produto que o país exporta, as economias nacionais vivem a bonança. Quando os preços caem, a crise econômica torna-se inevitável. Um exemplo extremo dessa dependência é o petróleo da Venezuela, caso que desenvolveremos mais tarde. Esse ponto de partida para trabalhar com o conceito de subdesenvolvimento está presente em praticamente em toda obra de Celso Furtado (1970, 1976, 1981). Marini (ibidem) , convergindo com Furtado, esmiúça a questão das trocas desiguais, ainda que usando uma terminologia mais próxima do marxismo:

Transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias primas — o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade. Neste último caso, a transferência de valor é dupla, ainda que não necessariamente apareça assim para a nação que transfere valor, já que seus diferentes provedores podem vender todos a um mesmo preço, sem prejuízo de que os lucros se distribuam desigualmente entre eles e que a maior parte do valor cedido se concentre em mãos do país de produtividade mais elevada (MARINI, 1990, p 10.)

Convém ressaltar, no entanto, que a tal “assimetria” nas relações econômicas entre os países não é consequência de alguma involução ou atraso nas feições que o capitalismo toma para si na periferia, pelo contrário:

[Para Furtado] o processo histórico de formação social brasileira emergiu integrado ao sistema capitalista mundial, sendo, portanto, uma criação do capitalismo, com o que se deduz que o subdesenvolvimento deve sua origem à expansão e desenvolvimento do capitalismo, com o que se deduz que o subdesenvolvimento deve sua origem à expansão e desenvolvimento do capitalismo e não à sua ausência, como parecia à primeira vista. Trocando em miúdos, isso consiste em afirmar que desenvolvimento e subdesenvolvimento formam parte de um todo e se complementam, constituindo o alfa e ômega do sistema capitalista em expansão. Isso significa que o desenvolvimento periférico, a despeito de ser caudatário do sistema

hegemônico mundial, obedece a uma dinâmica própria, que possui historicidade e curso particular (ALMEIDA, 2009, p.45)

Nesse ponto, Furtado e Marini concordam mais uma vez concordam:

Em sua análise da dependência latino-americana, os pesquisadores marxistas incorreram, geralmente, em dois tipos de desvios: a substituição do fato concreto pelo conceito abstrato, ou a adulteração do conceito em nome de uma realidade rebelde para aceitá-lo em sua formulação pura [...].Esses desvios nascem de uma dificuldade real: frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresenta peculiaridades, que às vezes se apresentam como insuficiências e outras — nem sempre distinguíveis facilmente das primeiras — como deformações. Não é acidental portanto a recorrência nos estudos sobre a América Latina a noção de "pré-capitalismo". O que deveria ser dito é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo sui generis, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional (MARINI,1990, p.2).

Sem, embargo, o desequilíbrio nas relações econômicas causados por um tipo específico de capitalismo implantado nessas terras corresponde apenas o primeiro aspecto do subdesenvolvimento, construído com base já na divisão internacional do trabalho do colonialismo e do mercantilismo.

2.2.2 Mercado interno incipiente e a superexploração do trabalho

Além do eterno desequilíbrio, há o problema do mercado interno. A formação de economias exportadoras de produtos primários desestimula o desenvolvimento e o fortalecimento de um mercado interno forte. Nesse ponto Marini e Furtado convergem também – de tal sorte que o conjunto da soma de produtos consumidos, oriundos de exportação, são restringidos às classes dominantes ou, quando muito, às classes médias. A grande maioria da população fica completamente à margem deste consumo.

Nas economias exportadoras latino-americanas:

a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia. Em consequência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha, sempre e quando seja possível

substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo[...]É assim como o sacrifício do consumo individual dos trabalhadores em favor da exportação para o mercado mundial deprime os níveis de demanda interna e erige o mercado mundial como única saída para a produção. Paralelamente, o incremento dos lucros que disso se deriva coloca o capitalista em condições de desenvolver expectativas de consumo sem contrapartida na produção interna (orientada para o mercado mundial), expectativas que têm de ser satisfeitas por meio de importações (MARINI, 1990, p18.)

O autor expõe neste trecho um dos mais relevantes aspectos de seu conceito de superexploração do trabalho. De acordo com o método marxista, o modo de produção capitalista pressupõe a exploração do trabalhador de modo a retirar de seu tempo trabalhado e não pago (mais-valia) o lucro do burguês. Se o dono do meio de produção quiser aumentar sua taxa de lucro, deverá ou aumentar as horas trabalhadas do proletário ou comprimido seu salário explorando-o mais (mais-valia absoluta) ou investir em tecnologias em que se aumente a produtividade.

Contudo, nas economias primário-exportadoras latino-americanas como, originalmente, a produção é voltada essencialmente para o exterior e o mercado interno é deprimido por definição, não faz a mínima diferença se o dono do meio de produção deprime a níveis tais os salários que os trabalhadores não conseguem nem ao menos reproduzirem o menor nível de sobrevivência social. E mais: a expansão da produção se dá a partir de incorporação mais e mais dos “fundos territoriais”, isto é, dá-se a partir da incorporação de novas terras, não de novas tecnologias.

2.2.3 Dependência tecnológica

De acordo com Furtado (1995):

O desenvolvimento tecnológico é dependente quando não se limita à introdução de novas técnicas, mas impõe a adoção de padrões de consumo sob forma de novos produtos finais, que correspondem a um grau de acumulação e de sofisticação técnica que não existe a sociedade em questão (p.5).

Ainda de acordo com o autor, dependência tecnológica está inseparavelmente intrínseca a acumulação e ao próprio (sub)desenvolvimento. Pensando desenvolvimento no modelo capitalista de produção, este exige a

canalização de recursos para a criação de novas tecnologias. Quem estiver nesse sistema e não o fizer, ficará pelo caminho. Ora, os países centrais apenas conseguiram iniciar o processo de industrialização porque tinham já capital acumulado oriundo da acumulação primitiva. Mas e os países periféricos da América Latina?

Nessa questão em que Marini e Furtado também se acenam: o desenvolvimento tecnológico e o excedente retirado da produção e do comércio dos produtos agrícolas ou minerais não são aplicado na própria produção. Portanto as relações de trabalho e de técnica se dão de forma distinta aqui em comparação aos países centrais. Segundo Marini (1990), a mais-valia, isto é, o excedente da produção que não chega aos trabalhadores, é retirada tendo como base a mais-valia absoluta. Portanto, há a superexploração do trabalho de tal forma que para se criar oportunidades de aumento dos lucros, retira-se a mais-valia não da aplicação de novas tecnologias, mas do aumento da exploração dos trabalhadores (aumento de horas trabalhadas e redução dos salários).

Não há o que se acumule para se reinvestir no sistema produtivo de maneira criar novas tecnologias em decorrência da superexploração do trabalho e porque a renda oriunda dos lucros é extremamente concentrada em poder das classes dominantes as quais se utilizam dela para importar produtos manufaturados dos países industriais. Cria-se, portanto, um padrão de consumo impossível de se realizar para grande parte da população: aí está dependência tecnológica.

Mas a industrialização dos países periféricos não quebraria com tal lógica? Afinal, agora não seria mais preciso importar. A industrialização, não só não acabou com as relações assimétricas entre o “norte-sul”, com a superexploração do trabalho e com a dependência tecnológica, como as aprofundaram e as deram novas matizes.

2.2.4 A industrialização como miragem de progresso

Tenhamos em mente que industrialização e (sub)desenvolvimento são duas faces da mesma moeda, inseparáveis na compreensão daquilo que

estamos aqui debruçados. Furtado afirma que (1970): “a especialização na produção permitiu a elevação da produtividade e da renda, abrindo o caminho para a formação de um núcleo de mercado interno de produtos manufaturados e para construção de uma infraestrutura”. Isso significa que nas três primeiras décadas do século XX, via-se espalharem pelos países latino-americanos surtos industriais. Obviamente, ainda em concordância com o autor e com o que nós já expusemos acima, apenas esse processo de criação de pequenas manufaturas afim de abastecer o mercado interno não seriam suficientes para construir-se parques industriais complexos nesses países. A primeira mudança qualitativa surge a partir da década de 1930.

A crise de 1929 criaria uma situação na qual agora a industrialização seria incentivada pelo declínio das exportações (ibidem). Agora a lógica era uma industrialização pautada no mercado interno de modo a substituir o que antes era importado por mercadorias agora produzidas aqui. Tal processo ficou conhecido como Substituição de Importações.

O principal marco da história da industrialização por substituição por importações na América Latina se deu no final da década de 1940, época da criação da CEPAL, órgão ligada a ONU e responsável por pensar como o desenvolvimento poderia se dar aqui na América Latina. Seu primeiro e principal diretor-geral e ideólogo foi o economista argentino Raúl Prebisch:

Na visão de Prebisch e também da Cepal, ao contrário do que afirmava o postulado convencional, não haveria alternativa de desenvolvimento para os países periféricos, sobretudo para os latino-americanos, senão por meio da industrialização e diversificação dos mercados externos, onde comercializavam os seus produtos [...] Somente uma política deliberada de industrialização realizada mediante a substituição de importações – que deveria se iniciar pela produção de bens duráveis de consumo e em seguida pela de bens de capital – seria capaz de reverter o quadro de tendência à estagnação e perpetuação do subdesenvolvimento e da dependência da América Latina. A industrialização armaria a região para captar parte dos frutos do progresso tecnológico e aumentar progressivamente o nível de vida das massas, além de elevar o coeficiente da antiga substituição de importações e possibilitar a subsequente substituição das exportações de produtos tradicionais por produtos manufaturados e industriais (ALMEIDA, 2009, p. 25-26)

A lógica desenvolvimento da Cepal, portanto, estava assentada no princípio de capitalista de que para os países latino-americanos atingirem patamares mais altos de desenvolvimento econômico, comparáveis a dos países centrais, deveria esforçar-se o sentido de refinar e tornar mais

complexas as forças produtivas num tempo em que as taxas de lucros e a acumulação de capital estavam intensa ascensão em todo mundo:

A estratégia defendida por Prebisch e no meio cepalino para desencadear o processo de industrialização e o subsequente desenvolvimento da América Latina deveria ser comandada pela atuação conjunta de um “tripé” formado pela atuação efetiva do Estado, com apoio do capital privado nacional e do capital estrangeiro. Por outro lado, era imprescindível contar com o apoio das populações destes países, que deveriam contrapor-se aos exportadores tradicionais e seus aliados – os latifundiários – que retardavam o crescimento do mercado interno. Além do amparo conjunto desses fatores, faziam-se necessárias algumas medidas institucionais, as quais podem ser sintetizadas nos seguintes termos: i) estabelecimento de tarifas elevadas e de restrições quantitativas às importações de bens de consumo supérfluo; ii) incentivo à atração de capital externo, principalmente na forma de empréstimos de governo a governo, para aumentar o volume de investimentos, sobretudo na formação de infraestrutura básica; iii) realização de reforma agrária, visando aumentar a oferta de alimentos e matérias-primas agrícolas, bem como a demanda por produtos industriais, mediante a ampliação do mercado interno; e iv) maior participação do Estado na captação de recursos e na ampliação de infraestrutura em setores essenciais, como energia, transportes e comunicações, dentre outros (ibidem, p.26)

Vale dizer que o processo de industrialização deu de uma forma muito distinta do que nos países centrais. Como diz FURTADO:

Por que este e não aquele país passou a linha demarcatória e entrou para o club dos países desenvolvidos [...] é problema cuja resposta pertence mais à história que à análise econômica. Em nenhuma parte essa passagem ocorreu no quadro do *laissez-faire*: foi sempre o resultado de uma política deliberadamente concebida com esse fim [...]. Como a industrialização em cada época se molda em função do grau de acumulação alcançado pelos países que lideram o processo, o esforço relativo requerido para dar os primeiros passos tende a crescer com o tempo. Mais ainda: uma vez que o atraso relativo alcança certo ponto, o processo de industrialização sofre importantes qualitativas. Já não se orienta ele para formar um sistema econômico nacional e sim para completar o sistema econômico internacional (1981, p.25).

E Marini, no mesmo sentido, acrescenta que a industrialização latino-americana não correspondeu aos sonhos de progresso atribuídos ao processo:

Em países como Argentina, México, Brasil e outros, não chegou nunca a conformar uma verdadeira economia industrial, que, definindo o caráter e o sentido da acumulação de capital, acarretasse em uma mudança qualitativa no desenvolvimento econômico desses países. Ao contrário, a indústria continuou sendo ali uma atividade subordinada à produção e exportação de bens primários, que constituíam, estes sim, o centro vital do processo de acumulação. É apenas quando a crise da economia capitalista internacional, correspondente ao período compreendido entre a primeira e a segunda guerras mundiais, limita a acumulação baseada na produção para o mercado externo, que o eixo

da acumulação se desloca para a indústria, dando origem à moderna economia industrial que prevalece na região (ibidem, 1990, p.19).

O chamado processo de industrialização por “substituição de importações” não subverteu a ordem imposta pelos países centrais no século XIX. Quando muito, alterou-a de tal maneira a aprofundar o subdesenvolvimento e a dependência. A industrialização nos obrigou agora a não mais ser dependentes dos produtos industrializados em si, mas da tecnologia para produzi-los (Ibdem,1990). Cano (1999) vai nesse sentido e complementa a esse respeito comentando acerca do limite quase que intransponível para as indústrias daqui: a baixa competitividade. Segundo este autor, não há como competir com as indústrias dos países centrais no que diz respeito a financiamento, acesso à tecnologia e acesso à mercados.

Quanto à globalização e o período atual no qual nos encontramos, é a mesma situação. Novamente, Wilson Cano explica:

Por exemplo, se os principais países latino-americanos se convertessem em competitivos, teriam que procurar mercados nos países desenvolvidos, dado que entre eles não haveria diferenças que pudessem ampliar a concorrência. Por outro lado, os desenvolvidos, todos, têm graus de especialização em determinadas linhas de produtos em que são imbatíveis. Mas, mesmo na hipótese de que pudéssemos ser competidores internacionais, não haveria mercado para todos e sim para alguns (CANO,1999, p.45)

Vejam o labirinto da frustração comportando-se como um fantasma do eterno retorno.

3. Brasil, Uruguai e Venezuela: três folhas de um mesmo trevo?

Estrutura agrária e renda concentrada na mão de pouquíssimos, mercado interno raquítico, superexploração do trabalho, dependência comercial e tecnológica. Sem pretendermos esgotar o assunto, até aqui vimos algumas das principais manifestações do que é ser subdesenvolvido no mundo. Partiremos agora para discutir mais detalhadamente as implicações mais diretas do subdesenvolvimento nos países estudados. Primeiramente, realizaremos um apanhado histórico geral desde o fim da Segunda Guerra Mundial na América Latina no que tange às conjunturas políticas e econômicas

de cada década, para enfim adentrarmos nos três países propriamente ditos

É incrivelmente satisfatório o estudo da história de cada uma das peças as quais compõem o tabuleiro regional latino-americano ou, mais especificamente neste caso, sul-americano. Todavia, ainda que o esforço para enxergar a totalidade das relações de elementos componentes de um sistema seja de primeira necessidade, a observação detida em alguns elementos do sistema pode revelar especificidades interessantes que, talvez, possam ser utilizadas na construção da compreensão do funcionamento do sistema como um todo. As especificidades podem ser manifestações, a um olhar desatento, isoladas e condizentes apenas com seus próprios elementos, mas também podem ser manifestações com roupagens específicas de fenômenos gerais. O fenômeno da industrialização não foi uniforme em todos os países da região, contudo em todos em que esse processo foi acentuado, o modelo de substituição de importações falhou em superar suas próprias inconsistências que acabaram por ser mostrar intransponíveis e o resultado social desse fracasso econômico foi a acentuada deterioração dos Estados democráticos, desaguando por fim e muitas vezes em ditaduras.

Como as economias são ainda completamente influenciadas pelos mercados internacionais, é possível traçar vários paralelos entre diferentes países num determinado recorte temporal, sempre guardando as devidas proporções, claro. A América Latina foi, por exemplo, a região-laboratório das políticas neoliberais: antes de EUA e Reino Unido adotarem tais políticas, elas foram implantadas as ditaduras do Chile e da Argentina (MORAES, 2001). Portanto, claro é que os países seguem o curso da história não sempre de uma maneira homogênea, observa-se elementos e fenômenos comuns em vários países de uma mesma região num determinado momento histórico.

Os governos populistas e trabalhistas tomaram conta da região. Governos esses geralmente de fortes bases populares, nacionalistas e desenvolvimentistas podendo serem autoritários ou não⁷. Que fique claro que cada um guarda sua peculiaridade relativa a cada país. O Vargasismo no Brasil, Batllismo no Uruguai e o Peronismo na Argentina compreendem como os principais exemplos desses tipos de governos. Almeida (2009) demonstra

que esse período de otimismo “generalizado” contaminou também acadêmicos como nada menos que Celso Furtado:

No que confere a Furtado, especificamente, fica evidente em seus primeiros trabalhos que ele demonstrava creditar ao processo de industrialização e à combinação das novas técnicas de produção um papel excessivamente transformador da estrutura econômica brasileira, a ponto de confiar a esses fenômenos a superação das travas o subdesenvolvimento [...] a idéia inicial de Furtado era que o subdesenvolvimento desapareceria apenas com a aplicação de políticas adequadas de investimento e capitalização. Nesse particular, uma ressalva deve ser feita: no sentido de que a aproximação da construção teórica de Furtado com a ortodoxia neoclássica poderia ter sido influenciada pelo elevado grau de generalidade a que os economistas eram submetidos à época, ante a precariedade e limitação do nível das informações disponíveis (ALMEIDA, 2009, p.39-40).

Infelizmente, se nos países capitalistas mais avançados os períodos de prosperidade sempre haverá, com uma inevitabilidade certa, de chegar a um fim, na periferia do sistema quando a bonança acaba, as crises econômicas e sociais são ainda mais implacáveis. E a bonança mostrava sinais de esgotamento no final da década de 1960. Quando esse modelo de industrialização e esse modelo de capitalismo burguês e trabalhista alcançou esgotamento inevitável vieram as ditaduras

Nas décadas de 1970 e 1980, após as ditaduras – ou como nos casos já explicitados acima do Chile e da Argentina durante os regimes mesmo – veio a longa crise econômica dos anos 1980. Santos (1993) argumenta que o início dessa crise, uma crise de superacumulação, está ainda no final da década de 1960, atravessa toda uma década recheada de recessões e de dois choques do petróleo, para alcançar seu cume com a estagflação (estagnação e inflação) ainda na década de 1970. Os EUA para conter a crise decidem elevar suas taxas de juros, contudo a atitude tem efeitos muito negativos para os países subdesenvolvidos:

O aumento das taxas de juros comandado pelos Estados Unidos elevou de três a quatro vezes os volumes de recursos que deveriam pagar a título de juros de suas dívidas internacionais (contraídas num momento de juros baixos, mas com taxas de juros flutuantes). Impossibilitados de realizar estes pagamentos, tomaram novos empréstimos para pagar seus juros, criando uma bola de neve de extração de recursos financeiros do Terceiro Mundo. A partir de 1983 os países credores se recusam a fazer novos empréstimos e exigem o pagamento dos juros da dívida externa (ibidem, p.18)

A década de 1980, portanto, desenhou-se para diversos países (inclusive os que estamos estudando) como a “década perdida”, em que seus governos

nada mais fizeram que tentar controlar uma conjuntura econômica de desastre. Nesta década também, é dada a largada à pandemia que é a contaminação ideológica neoliberal nas elites Estatais dos países para enfim encontrar seu ápice na década de 1990 Privatização, livre-comércio, desregulamentação se transformaram no mantra a ser repetido por todos como a caminho certo para o desenvolvimento. Contudo, Dani Rodrik (2002) pinta um quadro bem pessimista:

Consideremos o crescimento econômico, para começar. Na América Latina, apenas três países cresceram mais depressa durante os anos noventa do que no período de 1950-1980. Um deles foi a Argentina, país cujas esperanças de salvação econômica através da integração financeira na economia mundial estão agora destroçadas. O segundo foi o Uruguai, que também enfrenta graves problemas. Apenas o Chile parece ser um sucesso a longo prazo [...]Ademais, esse histórico de crescimento tem sido acompanhado por um agravamento das desigualdades de renda e por uma profunda insegurança econômica, na maioria dos países que adotaram a agenda do Consenso de Washington. Crises financeiras frequentes e dolorosas devastaram o México, o Leste Asiático, o Brasil, a Rússia, a Argentina e a Turquia. O Brasil sofre hoje as consequências devastadoras de mais uma reviravolta nos sentimentos do mercado – uma reviravolta para a qual é muito difícil identificar razões fundamentais sólidas.

Porém, como a história na América latina adora se repetir, a esquerda adora ressurgir depois de vários anos enfraquecida, enquanto a direita sempre está, mais ou menos forte. A esquerda latino-americana a surgir no pós-Guerra Fria “é estatista, movimentista, keynesiana, social-democrata, essencialmente política e tem – como sempre – uma ampla capacidade de mobilização entre os movimentos sociais” (MOREIRA, 2000, p.18). Tabaré Vázquez e Pepe Mujica no Uruguai; Lula no Brasil; Hugo Chávez na Venezuela; Os Kischner na Argentina, etc... Os exemplos se multiplicam a partir dos últimos anos da década de 1990 e ao longo de toda década de 2000. De acordo com o site [trading economics.com], a tendência foi de crescimento econômico durante boa parte da vigência desses governos.

Portanto, antes de nos adentrarmos a nossa pesquisa propriamente dita, faz-se necessário antes uma explanação rápida de cada um dos países a serem estudados. Falaremos rapidamente de sua história colonial, suas particularidades e suas semelhanças entre outros países da América Latina. Focaremos nossa explanação no molde geral apresentado acima e

demonstraremos como cada um dos três países: Brasil, Uruguai e Venezuela se encaixam no cenário geral desenhado acima.

3.1 Brasil: o gigante lusófono

Brasil teve uma particularidade gritante entre os países da América do Sul e da América Latina em geral: o fato de haver sido colonizado por Portugal. Diferentemente do resto da América Espanhola, fragmentada em pequenos países independentes, o território brasileiro se manteve uno em sistema político monárquico que duraria boa parte do século XIX, para que em 1889 o país se transformasse em uma república federativa.

Moraes (1988) explica essa permanência unida do território da América Portuguesa como uma aliança entre as elites regionais brasileiras a fim de deter controle sobre os “fundos territoriais” da antiga colônia, agora já país independente. Portanto, no Brasil, a categoria de análise “território” possui uma dimensão tal que se torna impossível compreender algo a fundo do que foi a construção deste país sem determo-nos neste conceito:

Com dimensões continentais, o Brasil é um dos poucos países do mundo atual a não ter seu território ainda plenamente construído. Possui frentes pioneiras em grande dinamismo. Na verdade, a história brasileira é um contínuo processo de expansão territorial, ainda em curso na atualidade [...] obra de conquista territorial, de apropriação de espaço, de exploração do homem e da terra. De construção de uma sociedade e de um território. De uma sociedade que tinha a construção do território como elemento de identidade. De berço, o nacional é em muito o territorial (p.94-96).

No que diz respeito a estrutura econômica, é comum grande parte dos autores tratarem a história econômica do Brasil a partir de ciclos (açúcar, mineração, café, etc...) os quais se deram em regiões mais ou menos específicas e tiveram seus momentos de crescimento, clímax e queda (BUESCU, 1974; FURTADO, 1976). Por conseguinte, o núcleo local e o principal produto exportado (não esqueçamos o fato de que tudo era voltado para fora) da economia brasileira variou a longo do tempo ao sabor do mercado internacional. Quando a região produtora, outrora próspera, entrava em decadência - sendo esse processo longo ou rápido - a região tendia a nunca mais a se recuperar e nunca mais iria realçar o antigo status. Isso é

verdadeiro quando analisamos o nordeste açucareiro e as antigas regiões mineradoras de Minas Gerais.

Até a década de 20 do século passado, Brasil era um país agrário com sua economia primário-exportadora baseada no café de São Paulo. Com o início da década de 1930, iniciou-se um verdadeiro processo para se industrializar o país nos moldes da já mencionada Substituição de Importações. O país já havia passado por alguns “surtos” industriais, como em meados do século XIX numa empreitada do Barão de Mauá, e durante a Primeira Guerra Mundial. Contudo, até a década de 1930, nunca houvera uma política estatal voltada para isso. Só foi apenas com a construção das indústrias de base nas décadas de 1930 e 1940 que a indústria realmente foi impulsionada (FURTADO, 1976).

A década de 1950, como em diversos outros países da América Latina, foi uma época de crescimento econômico e industrial nos moldes das Substituição de Importações. Todavia, por motivos já referidos, no início da década de 1960, esse processo já demonstrava sinais de esgotamento e, com eles, uma crise econômica e política se avizinhava. O fenômeno do populismo na região perdia força a cada dia. A consequência para o Brasil foi o golpe militar de 1964 e 21 anos de ditadura militar.

Diferentemente de outros países da região, como Argentina, Chile e Uruguai, os militares brasileiros ao assumirem o poder não mudaram bruscamente do desenvolvimentismo populista de Vargas para o neoliberalismo da cartilha de Washington. Durante a década o final da década de 1960 e início de 1970, Brasil vislumbrou um grande crescimento econômico, que, no entanto, não durou muito com os dois choques do petróleo em 1973 e 1979, mergulhando o país numa gravíssima crise econômica que duraria mais de dez anos (PAULANI, 2013).

A década de 1990 caracterizou-se pela adoção propriamente dita das políticas neoliberais do consenso de Washington representada pelo tripé macroeconômico do governo FHC (metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário) e pelas privatizações em massa de empresas estatais (idem, 2013).

A década de 2000, como no resto da América Latina, viu seus governos darem uma guinada à esquerda com os governos trabalhistas em praticamente todos os países do continente. No Brasil, Lula, um dos maiores representantes dos sindicatos dos metalúrgicos e símbolo do povo ascendeu ao poder e seu período a frente do cargo representou um tempo de bonança no país, inclusive durante a crise econômica de 2008.

3.2 Uruguai: de província oriental em ebulição a Suíça sul-americana.

A assim chamada República Oriental do Uruguai tem características muito próprias que a distingue em muitos aspectos de outros países da América do Sul ou mesmo da América Latina como um todo. Altos níveis de qualidade de vida para um país latino-americano e relativa tradição democrática fez com que o país fosse apelidado de “Suíça sul-americana”.

Não obstante as relativas verdades expostas acima, jamais podemos nos esquecer de que um país latino-americano sempre será um país latino-americano. Infelizmente, a própria “Suíça” subtropical não conseguiu fugir ao labirinto da frustração e a vocação para a autodestruição em que todos esses países se debatem e, como consequência, caiu na armadilha do autoritarismo quando o seu capitalismo democrático baseado na exportações agrícolas e pequenas manufaturas voltadas para mercado interno entrou em crise (SIERRA,1988).

O pequeno país (teria tamanho para ser uma unidade federativa brasileira, algo que, inclusive, Uruguai o era antes de sua independência em 1828. Ocupando uma região de tradicionais disputas territoriais desde a época da colônia (FAUSTO, 1999), A República Oriental durante toda a primeira metade de sua existência se caracterizou como uma região em que Argentina e Brasil, se não tentavam anexá-la como território para seus países, influíam nela diretamente em decorrência da disputa pelo controle da foz do Rio da Prata. Praticamente durante todo esse meio século ou mais, não havia estabilidade possível para este país. O que se via era uma disputa eterna pelo poder entre o Partido Blanco e o Partido Colorado.

O início do século XX testemunhou a ascensão ao poder do militar José Batlle Ordoñez. Figura a marcar a história política do país ao longo de todo século XX, o “Batllismo”, como ficou conhecido, corresponde a “uma crescente intervenção do Estado na atividade econômica, marcada pelo propósito de gerar um equilíbrio social e mesocracia (RABUFFETI apud FERRARI, 2016, p.67). Tal como é mencionado por Sierra (ibidem), o Batllismo nada mais foi do que a tentativa de implantar um “capitalismo democrático”, centrado nas classes médias urbanas, nas pequenas manufaturas e no comércio, sempre fortalecendo o mercado interno. A aristocracia agrária, esse período, não se era a classe hegemônica que detinha o poder, como na maioria dos países da região. São essas medidas a causa do relativo estado de bem-estar social no Uruguai e a razão do país ter ganhado o apelido que ganhou.

Contudo, da mesma forma que em outros países, esse capitalismo democrático tinha seus limites e eles se mostraram implacáveis na mesma época em que outros países latino-americanos sofriam com as insuficiências cruciais desse modelo de Substituição de Importações. Em 1973, Uruguai mostrou que, no fundo, ainda era e sempre foi um país latino-americano e sofreu com um golpe militar. A ditadura durou até 1985 e, a partir desta data, o neoliberalismo começou a penetrar de fato no Uruguai.

A década de 1990, como em praticamente todos os outros países latino-americanos, foi a de consolidação do neoliberalismo como ideologia hegemônica a reger as políticas macroeconômicas dos países. Luis Alberto Lacalle foi o presidente a dar cabo a essas políticas.

A década de 2000 testemunhou uma nova etapa na história política do Uruguai. Pela primeira vez, a coalização de esquerda criada em 1971 denominada Frente Ampla elege Tabaré Vázquez, colocando um fim ao revezamento dos dois maiores partidos do país e consegue maioria no congresso nacional. Os governos de Vázquez e de Mujica se caracterizaram como governos mais voltados à esquerda e sintonizados com outros governos trabalhistas neodesenvolvimentistas do subcontinente, como o governo de Chávez na Venezuela, Lula no Brasil e os Kischner na Argentina.

3.3. Venezuela: Da paupérrima Capitania-Geral à faca de dois gumes do petróleo

A satisfação de estudar em específico cada um dos países sul-americanos escolhidos para este trabalho cresce exponencialmente no caso da Venezuela. Região pobre em recursos e mais ou menos abandonada durante a colonização espanhola, a Venezuela atravessou o século XIX inteiro envolto em convulsões sociais e intensa instabilidade política para encontrar no século XX aquilo que seria sua salvação e sua ruína: o petróleo. Interessante, contudo não bela história de mais um país de raízes de sofrimento para seu povo e traição permanente da elite nacional ao entregarem as riquezas de seu país e viverem em opulência às custas do povo.

Nenhum dos três países escolhidos na análise deste trabalho tem sua economia dependente tanto e unicamente de um produto único para exportação. Mais do que o Brasil e o Uruguai, mostraremos mais tarde que foi a Venezuela que mais sofreu oscilações em sua economia justamente por esse motivo.

A história da Venezuela independente começa em 1830 com sua separação da Grã-Colômbia (país formado em 1821 pelos atuais países da Colômbia, Equador e a própria Venezuela). O século XIX foi marcado pela disputa das diferentes facções da elite agrária nacional tendo os Partidos Conservador e Liberal como personagens (ZAVALA, 1988). De acordo com o mesmo autor, o principal produto de exportação do país ao longo de todo o século e até a terceira década do século XX foi o café.

Durante a ditadura de Juan Vicente Gómez, de 1908 a 1935, o país mudou completamente sua pauta de exportação. A descoberta dos hidrocarbonetos transformou a Venezuela de um dos países mais pobres e economicamente desinteressantes da região em local de forte investimento estrangeiro, uma vez que praticamente toda atividade mineradora agora base da econômica do país estava sob domínio estrangeiro:

O primeiro poço comercial de petróleo da Venezuela foi descoberto em 1914, quando o país estava debilitado por uma guerra civil e sob o regime militar de Gómez. Assim, o general passou praticamente 27 anos no poder apenas barganhando com as mais poderosas companhias mundiais e sustentando seu próprio poder no comando do país. Gómez nunca investiu adequadamente na

construção de um aparato institucional nem na industrialização do país, construindo, assim as precárias diretrizes para o Estado moderno (RIBEIRO, 2015, p.32)

Percebe-se mais uma vez que a dependência tecnológica e as relações assimétricas, que se retroalimentam, entre os países centrais e os subdesenvolvidos não só não acaba com a dependência, mas como aprofunda-a.

O capital estrangeiro continuou a penetrar no país de modo que na segunda ditadura do século de 1949 a 1957, as taxas de lucros das corporações internacionais alcançaram seu clímax. De acordo com Zavala (1988), em 1956 cerca de 70% dos consórcios de exploração de petróleo no país eram norte-americanos e o restante, de ingleses e holandeses. Demonstra-se aqui claramente a extrema dependência da Venezuela de bens de capitais norte-americanos. Nestes tempos ditatoriais, em semelhança ao Brasil, o governo militar se empenhou em construir grandes obras de infraestrutura urbana e de indústrias de bases, as quais o mesmo autor determinou como supérfluas, tendo como objetivo apenas mostrar a “eficácia do regime (p.304)”. Todavia, algumas outras obras foram de importância como Companhia Siderúrgica do Orinoco. O crescimento diversificou a produção:

O crescimento capitalista contribuiu consideravelmente durante o período para o desenvolvimento das forças produtivas do país. A importação de tecnologia moderna e de bens de produção de tecnologia superior estimulou certa diversificação do aparato produtivo, a ampliação de sua capacidade e o treinamento da força de trabalho em tarefas correspondentes a um quadro técnico mais exigente. É claro que esse tipo de crescimento dependia em grau praticamente absoluto das facilidades de importação, de tal maneira que não tinha um suporte interno quanto às provisões essenciais (ibidem, p.307).

Os choques do petróleo de 1973 e 1979, enquanto foram desastrosos para países como o Brasil e o Uruguai, foram algo como uma dádiva para a economia venezuelana. Foi justamente nesta década em que houve um crescimento e diversificação das forças produtivas a possibilitar a nacionalização do petróleo a partir da criação da Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA). Mas, como uma certeza implacável, o preço do petróleo voltou a cair vertiginosamente já no início da década de 1980 e a prosperidade havia, mais uma vez chegada ao fim (ibidem).

Na década de 1990, o neoliberalismo era o que estava ditando as políticas macroeconômicas dos países, é claro. Para remediar a péssima conjuntura de dívida externa equivalente a mais de 50% do PIB, o presidente Carlos Andrés Perez e seu segundo mandato:

buscou reestruturar o Estado de acordo com as regras do Consenso de Washington. O novo programa de ajuste incluía medidas como a desvalorização da moeda, a unificação cambial, o incremento nos preços dos combustíveis, a liberalização dos preços, dos juros e a abertura comercial. Além disso, Pérez decretou o fim de diversos subsídios, aumentou tributos, liberalizou juros e realizou diversas privatizações. O presidente, que foi eleito pelas mesmas promessas de bonança no primeiro mandato (1974-1978), revoltou a população com tais medidas (ibidem, p.40).

Ou seja, as políticas de austeridade com intuito de controlar uma situação insustentável na economia causada por um sonho desvairado de desenvolvimento também atingiu a Venezuela. Ao longo de toda década de 1990, o país atravessou uma intensa recessão, uma vez que não conseguia pagar suas despesas mais básicas.

Na década seguinte, o país testemunhou sua sorte mudar mais uma vez. A eleição de Hugo Chávez Frias representou uma alteração profunda na conjuntura política do país. Pegando carona no aumento do preço do petróleo a partir do ano de 2003, o país voltou a crescer e os investimentos de cunho social se fizeram aumentar muito. Chávez sempre se destacou pela posição política de antineoliberalismo e começou a construir na Venezuela aquilo chamado por ele e por seus aliados como “Revolução Bolivariana”.

Mais do que crescimento econômico, a tal revolução representou, como argumenta Seabra (2010), na melhoria da qualidade de vida das populações mais pobres de no intuito de transformá-los de “vítimas a sujeitos do poder (p.212)”. Analisaremos mais detidamente essa questão mais tarde quando estivermos debruçados sobre os acordos em si. O que vale dizer agora é que, em grande medida em decorrência da favorável conjuntura internacional, um presidente com alguma preocupação social foi capaz de melhorar sensivelmente a qualidade de vida da população de seu país.

4. Análise dos acordos Brasil-Venezuela e Brasil-Uruguai

Finalmente adentramos aqui ao objetivo de nosso trabalho: a análise dos acordos bilaterais entre o Brasil e os dois outros países sul-americanos. Lembramos amais uma vez que o objetivo de nosso trabalho é observar a natureza dos acordos e a quantidade deles num período que abrange o primeiro dia do ano de 1993 até o último dia do ano de 2011.

Nosso intuito, ao refletir qualitativamente e qualitativamente a respeito dos acordos é tentar construir uma ligação entre subdesenvolvimento e dependência e se é possível, através desses acordos entre países subdesenvolvidos e dependentes, o auxílio mútuo entre esses países para enfim superar o subdesenvolvimento. No total, analisamos mais de 130 acordos bilaterais, todos encontrados no portal Concórdia da Divisão de Atos Internacionais do Ministério das Relações Interacionais da República Federativa do Brasil. Contudo, concentrar-nos-emos em acordos econômicos de construção de algum tipo de infraestrutura, por exemplo, e acordos de cunho social, como atividades de cooperação cultural. Memorandos relacionados a assuntos puramente diplomáticos, como discussão acerca de visto para passaportes de diplomatas em missão o outro país, foram descartados. Também dar-se-á foco nos acordos os quais ainda estejam em vigor.

O que podemos já adiantar é que descobrimos que as relações entre Brasil e Uruguai são extremamente distintas entre as relações do Brasil com a Venezuela. Adiantamos também que ao longo desses 18 anos e diferentes governos de distintas políticas para relações interacionais, o cenário dos acordos sofre diversas mutações. Isso é verdadeiro especialmente no caso dos acordos entre Brasil e Venezuela. Dito isso, começaremos por estes.

4.1 Brasil e Venezuela:

As relações do binômio Brasil-Venezuela são, ao nosso entender, aquelas que mais se modificaram ao longo do recorte temporal escolhido para nosso estudo. Foram selecionados um pouco mais de quarenta acordos desde 1993 até o de 2011 e, durante esses dezoito anos, é claramente perceptível mudanças quantitativas e qualitativas nos acordos.

Antes de começarmos a falar deste período propriamente dito, é de relevância comentarmos a respeito de um acordo de cooperação entre as duas nações, assinado em 1973, denominado “Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela (BRASIL; VENEZUELA, 1973)”. O motivo está no fato de que cerca de 14 dos 44 arquivos escolhidos para análise são, como seus nomes mesmo dizem, “ajustes complementares” deste acordo de cooperação⁸. Esse Convênio Básico surgiu no intuito de desenvolver programas de pesquisas técnicas e científicas, criar instituições de pesquisa com participação de ambos os países e organizar seminários e conferências a fim de intercambiar entre cada uma das partes informações e conhecimentos adquiridos nos projetos (ibidem). Portanto, percebe-se já muito antes da época dos acordos selecionados intenção de fortalecer relações entre ambos os países no intuito de promover atividades econômicas, políticas e sociais.

4.1.1. A década de 1990: Pouquíssimos acordos focalizados em infraestrutura

A década de 1990, como já esclarecemos, foi o período de ápice da influência neoliberal nas políticas macroeconômicas dos países latino-americanos. E esse fato também se reflete nos acordos estudados. No período de 1994, data do primeiro arquivo analisado, até 2000 foram apenas 8 arquivos. Qual era a natureza desses arquivos?

Ao começar pelo primeiro – Comunicado Conjunto do Brasil e Venezuela acerca de uma série de acordos e decisões realizadas na localidade da Venezuela de La Guzmania em 4 de março de 1994 (BRASIL; VENEZUELA, 1994) - é claro que o que foi decidido nesta ocasião diz respeito a, basicamente, cooperação em construções de diversas infraestruturas basicamente na região de fronteira (pavimentação da BR-174, construção de linhas de transmissão de energia, projetos de navegabilidade entre as bacias do rio Amazonas e Orinoco e utilização dos fornos da Companhia Siderúrgica do Orinoco por empresas brasileiras); pesquisas conjuntas entre a Petrobrás e

PDVSA; e, por fim, discussões no tocante a criação de uma zona de livre comércio na América do Sul.

Fala-se pontual e rapidamente acerca de proteção e cuidado com os povos indígenas e outras populações residentes nas regiões de fronteira, mas nada propriamente social concreto é proposto (com exceção da menção do encontro da Comissão Mista de Cooperação Cultural). A forma e o conteúdo deste documento serão os pilares para representar os tipos de acordos realizados posteriormente entre os dois países ao menos até 2005.

No ano seguinte, no dia 4 de julho de 1995, em Miraflores, há mais um encontro entre chefes de Estado brasileiro e venezuelano em que se reafirma os compromissos firmados em La Guzmania no ano anterior sobre a construção da zona de livre-comércio sul-americana, ajuste complementar do Convênio Básico de 1973 para o desenvolvimento das bacias dos rios Amazonas e Orinoco e outro ajuste complementar no sentido do fortalecimento em matéria de planejamento (BRASIL; VENEZUELA, 1995a; BRASIL; VENEZUELA, 1995b; BRASIL; VENEZUELA, 1995c). Nestes acordos, mais uma vez, questões sociais das populações que vivem nas regiões de fronteira são apenas tangenciadas.

Em 1998, os chefes de Estados se reúnem novamente na cidade de Santa Elena de Uairén, na divisa do Brasil com a Venezuela, com o intuito de inaugurarem a BR-174, agora asfaltada, que liga Manaus a essa localidade na Venezuela. Ambas as partes se felicitam pelo aumento do comércio entre os países e relembram a importância da construção de uma linha de transmissão elétrica entre Brasil e Venezuela. As relações entre a Petrobrás e a PDVSA são consideradas como de alta importância e cita-se a criação da zona de livre-comércio sul-americana mais uma vez (BRASIL; VENEZUELA, 1998).

No ano 2000, são assinados mais dois acordos. O primeiro, no dia 8 de fevereiro, trata-se de um ajuste complementar ao convênio básico de cooperação para incentivar o turismo entre os dois países, especialmente no que diz respeito a construção e melhoria da infraestrutura turística (BRASIL, 2000a). E o segundo, no dia 6 de abril, corresponde a outro ajuste complementar com o objetivo de Cooperação para intercambiar informações

nas áreas de televisão, rádio e agência de notícias e prestação de serviços de assistência técnica e logística (BRASIL; VENEZUELA, 2000b).

A partir deste momento, tem-se mudanças profundas nas relações bilaterais entre os países. Com o fim da década de 1990, o início do novo século, e a presença de governos progressistas no poder, os acordos modificar-se-ão profundamente.

4.1.2. A década de 2000: muitos acordos e o social aparece

O grande divisor de águas a separar a natureza da orientação das relações bilaterais Brasil-Venezuela da década para a da década de 2000 é a “Aliança Estratégica Brasil-Venezuela (BRASIL; VENEZUELA, 2005a)” assinada em Caracas no dia de 14 de fevereiro de 2005. Esse documento é de imprescindível magnitude se quisermos entender o histórico dessas relações.

Neste documento diplomático - na verdade, muito mais um manifesto do que um documento diplomático comum, pelo seu emotivo e patriota - são exaltadas as riquezas econômicas e culturais de nossos países, mas relembra-se também todas as dificuldades vividas por nossos povos ao enfrentar a pobreza que os assola diariamente. Declara-se, portanto, uma tal “aliança estratégia no âmbito social, político, econômico, cultural, científico-tecnológico e militar (ibidem)”. O que é interessante mostrar é que, teoricamente, uma aliança dessa natureza não tem nada de novo a princípio. O que a difere mesmo dos acordos anteriores é forte presença da questão social do destino dos povos ao se colocar como objetivo prioritário a eliminação da pobreza, através de “alimentação adequada, saúde, educação, habitação e acesso aos bens culturais (ibidem)”.

Outra questão relevante expressa muito claramente nesse texto é a preocupação com a geopolítica do novo século. Pela primeira vez em qualquer dos acordos analisados, fala-se em assimetria no comércio nacional entre os países “em desenvolvimento” e os países desenvolvidos e em respeito a soberania dos países e a autodeterminação de seus povos. É exposta ainda a intenção do Brasil e da Venezuela de expansão e

diversificação de seus mercados como requisito mínimo de desenvolvimento neste mundo globalizado.

Por fim, é citada a significância da Amazônia no continente e da necessidade de desenvolvê-la de modo “soberano e sustentável” nos âmbitos bilaterais e regionais.

Essa alteração qualitativa na escrita e nos objetivos dos acordos influenciará os seguintes de modo claro. Agora a quantidade deles aumentará vertiginosamente. No mesmo dia desse ano de 2005 foram assinados mais acordos na forma de memorandos de entendimento e novos acordos de cooperação, a exemplo do o acordo de cooperação científica e tecnológica (BRASIL; VENEZUELA, 2005b) e um memorando a respeito da possibilidade de integração de ambos os países nos esforços de construção de plataformas petrolíferas e navios (BRASIL; VENEZUELA, 2005c)

Não poderíamos deixar de falar do “Protocolo de Intenções entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário da República Federativa do Brasil e o Ministério de Agricultura e Terras da República Bolivariana da Venezuela sobre Cooperação na Áreas de Agricultura Familiar e Reforma Agrária (BRASIL; VENEZUELA, 2005d)”. No bojo da aliança estratégica assinada pelo Brasil e Venezuela, esse acordo também salta aos olhos. Algo nunca antes tratado nos acordos bilaterais na década de 1990, é a questão da reforma agrária. Nesse documento, o que se propõe é basicamente ações no sentido de se consolidar a Reforma Agrária em ambos os países e a mobilização da Comissão Bilateral de Alto Nível (COBAN) na promoção de várias ações no sentido de desenvolvimento agrário na área da agricultura familiar, como

educação em assentamentos de Reforma Agrária; promoção de infraestrutura, assistência técnica e crédito; técnicas de agrobiodiversidade; comercialização de produtos de assentamentos da Reforma Agrária; cadastramento de imóveis rurais; integração entre assentamentos e administrações públicas nos diferentes níveis, competentes em matéria agrícola (BRASIL, 2005d, p.2).

Aqui vislumbramos a primeira influência clara na alteração da natureza dos acordos no que diz respeito às questões sociais vinda no bojo da Aliança Estratégica de 2005. Há ainda mais acordo assinado neste dia 14 de fevereiro de 2005 tratando-se a respeito do desenvolvimento mútuo dos países nas áreas de aquicultura e pesca (BRASIL; VENEZUELA, 2005e).

No primeiro semestre de 2007, dois documentos: declaração a respeito da construção do primeiro trecho, Guiria-Recife, do Grande Gasoduto do Sul (tal obra de infraestrutura intenciona integrar energeticamente Venezuela, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai)(BRASIL; VENEZUELA,2007a) e um memorando de entendimento a respeito da construção de diversas obras de infraestrutura a Venezuela por empresas brasileiras, de maneira que certos custos, como “transferência de tecnologia e assistência técnica (BRASIL; VENEZUELA,2007b) ” não fique a cargo da Venezuela.

No segundo semestre do mesmo ano, mais especificamente no dia 13 de dezembro, foram assinados um pacote de ajustes complementares ao Convênio Básico de Cooperação técnica de 1973, tais como a implementação dos projetos:

- Desenvolvimento Institucional do Instituto de Altos Estudos em Saúde Doutor Arnoldo Gabaldon”(BRASIL; VENEZUELA,2007c)
- Produção de Mandioca nos Estados de Anzoátegui e de Monagas (BRASIL; VENEZUELA, 2007d)
- Capacitação dos Recursos Humanos do Serviço Autônomo da Controladoria Sanitária da República Bolivariana da Venezuela em Vigilância e Controle dos Produtos de uso e Consumo Humano (BRASIL; VENEZUELA,2007e)
- Fortalecimento da Vigilância e Controle dos Resíduos e Contaminantes nos Alimentos da Venezuela (BRASIL; VENEZUELA,2007f)
- Desenvolvimento de Tecnologias Alternativas para o Processamento de Cítricos em Pequena Escala (BRASIL; VENEZUELA,2007g)
- Apoio Técnico para Implantação e Implementação de Bancos de Leite Humano na Venezuela (BRASIL; VENEZUELA,2007h)
- Produção de Mudas e Beneficiamento Ecológico do Café (BRASIL; VENEZUELA,2007i)

No primeiro semestre do ano de 2008 (ano de maior alta do preço do petróleo da história a cerca de 150 dólares o barril), a lógica de bonança econômica e governo progressista com grande apoio popular ainda reverte na grande quantidade de acordos econômicos, sejam infraestruturais ou econômicos, sejam de cunho social. No dia 26 de março de 2008, mais dois

memorandos a respeito de “sistema de reservas de alimentos (BRASIL; VENEZUELA, 2008a)” e “segurança e soberania alimentar (BRASIL; VENEZUELA, 2008b)” na Venezuela. Tratam de criar mecanismos para compreender as dificuldades do povo venezuelano no que diz respeito a aquisição de alimentos e desenvolver formas de garantir a soberania alimentar e o acesso ao alimento.

A grande quantidade de acordos de 2008 estão concentrados no segundo semestre, no entanto. Mais sete acordos na forma de memorandos são assinados até o final do ano. São estes memorandos relacionados a:

- Cooperação Ambiental para conservação e uso sustentável dos recursos ambientais (BRASIL; VENEZUELA, 2008c)
- Siderurgia (BRASIL; VENEZUELA, 2008d)
- Economia Comunal no apoio a pequenas e médias empresas (BRASIL; VENEZUELA, 2008e)
- Desenvolvimento de um Centro Binacional em Santa Elena de Uairén (BRASIL; VENEZUELA, 2008f)
- Cooperação em Ciência e Tecnologia Espacial para fortalecimento da ciência em inovação espacial (BRASIL; VENEZUELA, 2008g)
- Implementação de um Programa de Agricultura Familiar (BRASIL; VENEZUELA, 2008h)
- Implementação de um Programa de Produção de Soja (BRASIL; VENEZUELA, 2008i)

Infelizmente, a sorte do Brasil e, principalmente da Venezuela, começam a mudar. A crise econômica mundial deflagrada com a falência do Banco Lehman Brothers nos EUA é sentida na quantidade de acordos no ano de 2009. Apenas quatro acordos são realizados, e ainda assim seus escopos são bem menores do que os dos anos anteriores. O primeiro semestre se resumiu a dois ajustes complementares ao Convênio Básico de Cooperação Técnica de 1973 relacionados ao setor elétrico no intuito de criar comissões para discussão e intercâmbio de informações relacionadas ao gênero (BRASIL; VENEZUELA, 2009a) e à cooperação técnica nas áreas agrícola e industrial

(BRASIL; VENEZUELA,2009b) com os mesmos objetivos do último ajuste complementar: discussão e intercâmbio de informações.

O segundo semestre testemunhou um acordo sobre cooperação esportiva entre os países no qual se realizariam também seminários e comissões para discutir os diversos assuntos ligados a esse tema (BRASIL; VENEZUELA,2009c) e um memorando acerca da implantação do sistema de televisão digital (BRASIL; VENEZUELA,2009d).

Em 2010, o último ano no qual são realizados acordos bilaterais relevantes a nossa pesquisa, são realizados sete acordos, sendo que três deles são programas sociais que não necessitariam e muito capital investido, uma vez que cada uma das partes é responsável individualmente e não há “fundo comum” nem transferência de recurso de uma parte para outra para realização de tais atividades. Eles são:

- Desenvolvimento de orquestras infanto-juvenis no Brasil segundo os moldes seguidos na Venezuela (BRASIL; VENEZUELA, 2010a)
- Plano de desenvolvimento sustentável para as favelas de Caracas (BRASIL; VENEZUELA, 2010b)
- Primeiro plano social entre Brasil-Venezuela nas áreas de “proteção social e saúde, mulheres, direitos humanos e educação (BRASIL; VENEZUELA, 2010c)

E, por fim, mais três memorandos sobre cooperação em matéria de energia elétrica (BRASIL; VENEZUELA, 2010d); criação de centros técnicos produtivos em localidades específicas na Venezuela (BRASIL,2010e); produção de sementes de alto valor estratégico (BRASIL; VENEZUELA, 2010f) e um ajuste complementar para cooperação entre o IBGE do Brasil e o Instituto de Estatística da Venezuela (BRASIL; VENEZUELA, 2010g).

Neste momento é oportuno determo-nos nestes dados. Essa mudança drástica na quantidade e na natureza dos acordos está diretamente relacionada a situação na qual a economia venezuelana se encontrava em cada uma das diferentes conjunturas. Quando o tempo era de prosperidade econômica, a quantidade de acordos aumentava. Quando o cenário era de crise econômica, o número de acordos declinava. E essa relação diretamente proporcional entre economia e acordos é mais facilmente visível no caso da Venezuela do que

para o Uruguai (exploraremos isso melhor mais tarde), uma vez que a tendência de comportamento da economia venezuelana é a de altíssimos níveis de crescimento do Produto Interno Bruto intercalados por períodos de graves recessões, levando a economia do país encolher significativamente (tudo isso, é claro, em decorrência da profunda dependência do país de apenas um produto de exportação, o petróleo). Observe o gráfico da evolução do PIB venezuelano, comparando ao preço do petróleo bruto no mercado internacional:

Gráfico 1: Evolução do PIB da Venezuela desde o início do século XXI:

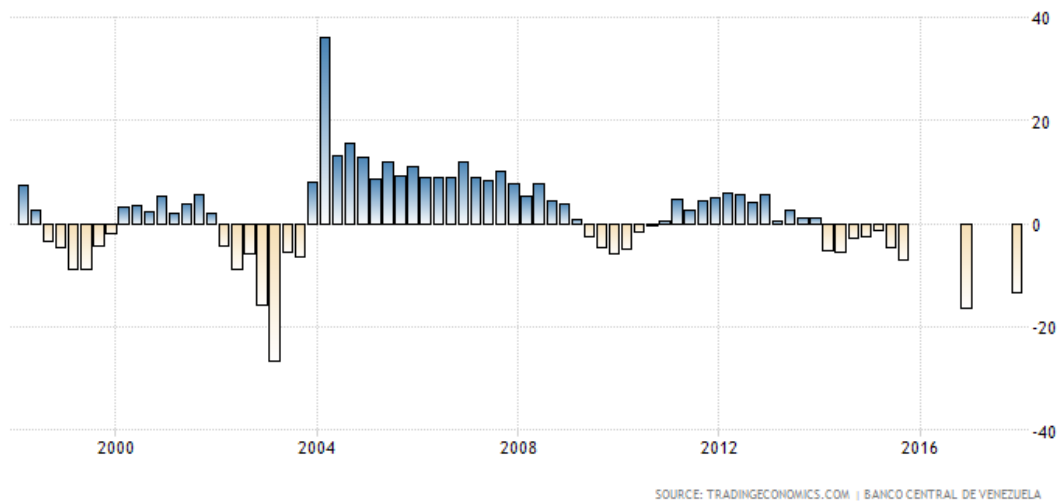


Gráfico 2: Histórico do preço do petróleo de 1985 a 2014



Agora observe o panorama da evolução dos acordos entre Brasil e Venezuela:

Gráfico 3: Evolução do número de acordos Brasil-Venezuela por ano



O que vemos estampado nestes três gráficos consiste na mais clara correlação que se pode fazer entre crescimento econômico venezuelano, preço do petróleo bruto no mercado internacional e quantidade de acordos realizados entre Brasil e Venezuela.

Lembremos que a segunda metade da década de 1990 foi de poucos e esparsos acordos bilaterais focando a questão de infraestrutura nas fronteiras e umas poucas promessas de obras. A economia venezuelana estava encolhendo em decorrência da baixa do preço do petróleo, de modo que desde a ascensão de Hugo Chávez no governo em 1999 até o ano de 2004, o crescimento do PIB foi negativo. Isso se reflete nos acordos, porque não há nenhum de relevância realizado nos três primeiros do século XXI.

Com a fartura de volta a partir 2004, uma vez que o preço do petróleo volta a crescer ao que a Venezuela se lança? Aliança estratégica com o Brasil, acordos de cooperação científica, acordos de infraestrutura dos mais diversos tipos e, principalmente, acordos de fundo de desenvolvimento social e de aumento da qualidade de vida. Os anos de 2005, 2007 e 2008 testemunharam um total de 23, mais do que todos os outros anos somados. A partir da crise do segundo semestre de 2008, a economia venezuelana sofre mais um baque e o número de acordos volta a cair. Em compensação, a partir de 2010, quando a Venezuela começa a se recuperar, o número de acordos no ano volta a crescer.

Vemos aqui, portanto, uma variação significativa ao longo do recorte temporal analisado. Partiremos agora para refletirmos sobre o caso do Uruguai.

4.2 Brasil e Uruguai

O histórico das relações bilaterais entre o Brasil e o Uruguai são bem distintas em relação ao Brasil e a Venezuela, essencialmente porque Uruguai e Venezuela são países extremamente diferentes política e economicamente. No que diz respeito quantitativamente aos acordos, eles são tão numerosos quanto os firmados com a Venezuela e a maioria também se concentra na década de 2010, porém são mais bem mais distribuídos ao longo dos anos.

Com exceção do ano de 2006, nenhum dos outros anos em que houve acordos assinados esses ultrapassaram a marca de cinco acordos. Qualitativamente, a natureza dos acordos não se modifica tão profundamente como no caso da Venezuela, embora haja alguns acordos dignos de notas e comentários mais detidos. Vamos a eles

4.2.1 Década de 1990: Acordos de desenvolvimento de infraestrutura na região de fronteira

Nos três primeiros anos analisados, os principais acordos entre o Brasil e Uruguai se restringiram a acordos na construção e desenvolvimento de infraestrutura na região de fronteira entre os dois países

- Despoluição do arroio Chuí e tratamento de seus efluentes na fronteira Chuí-Chuy e Implantação da hidrovía Paraguai-Paraná (BRASIL; URUGUAI, 1993a)
- Estatuto da Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí (BRASIL; URUGUAI, 1993b)
- Construção de uma Ponte sobre o Rio Jaguarão (BRASIL; URUGUAI, 1994a)
- Estatuto da Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (BRASIL; URUGUAI, 1994b)
- Protocolo de Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio para a Interconexão Elétrica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai (BRASIL; URUGUAI, 1994c)
- Criação dos Comitês de Fronteira Aceguá-Aceguá e Bella Unión-Barra do Quaraí (BRASIL; URUGUAI, 1995)

É interessante notar o protocolo a respeito da interconexão elétrica porque este assunto será objeto de vários memorandos nos anos seguintes. A

integração elétrica, portanto, se configura como um mérito infraestrutural importantes na relação dos países.

No ano de 1996, apenas um acordo digno de nota. O Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para Atividades na Área de Biotecnologia (BRASIL; URUGUAI, 1996) se configura como um acordo padrão do tipo de junção de esforços de ambos os países de empreender uma cooperação científica nesta área ao promover Intercâmbio de informações em simpósios e seminários entre técnicos e cientistas nesta área de biotecnologia.

Em 1997, a questão energética volta a ser matéria de novos acordos. Dois memorandos a esse respeito são assinados: o primeiro relacionado ao prosseguimento dos estudos de viabilidade técnica de interconexão em “Extra-Alta Tensão” (BRASIL; URUGUAI, 1997a) e o segundo estabelece regras e regulamentações no mercado de energia no que diz respeito a oferta e demanda em ambos os países (BRASIL; URUGUAI, 1997b). Ainda no ano de 1997, mais dois acordos - um tratando de regulamentação e facilitação de atividades industriais entre o Brasil e o Uruguai (BRASIL;URUGUAI,1997c) e outro ajuste complementar da comissão binacional acerca do desenvolvimento do rio Quaraí.

4.2.2 Década de 2000: mais acordos de infraestrutura e pautas sociais ficam mais evidente

Depois de 1997, o próximo acordo de relevância se dará no ano de 2002 e versa sobre o fortalecimento da cooperação técnica entre Brasil e Uruguai (BRASIL; URUGUAI, 2002) nas áreas de:

- agricultura, com ênfase para agroindústria;
- educação;
- meio ambiente e saneamento;
- saúde;
- trabalho e emprego;
- turismo;

- apoio às pequenas e microempresas e outras formas associativas empresariais/cooperativismo;
- desenvolvimento municipal;
- energia;
- inovação tecnológica e produtiva; e
- tecnologia da informação e das comunicações

Ainda que não haja ainda profundas mudanças na natureza dos acordos, neste é possível vislumbrar mais claramente as pautas sociais, não apenas as de cunho econômico. No entanto, as maiores transformações ainda estão por vir.

No ano seguinte, mais dois acordos. É relevante lembrar que no ano de 2003 foi quando o presidente Lula ascendeu o poder no Brasil. Seu companheiro progressista, Tabaré Vázquez ainda demoraria mais dois anos para ganhar as eleições no Uruguai e afastar a dicotomia do poder dos partidos Blanco e Colorado pela primeira vez em várias décadas. Voltando aos acordos, temos dois ajustes complementares ao Acordo de Cooperação de 1975, sendo que são em matéria de:

- Atividades de Cooperação entre a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Sul e o Escritório de Planejamento e Orçamento da Presidência da República Oriental do Uruguai (BRASIL; URUGUAI, 2003a)
- Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica para Saúde na Fronteira (BRASIL; URUGUAI, 2003b)

O ano de 2005 é marcado pela entrada de Tabaré Vázquez na presidência do Uruguai. A partir desse ano, mas especialmente no ano seguinte, inaugurar-se-á uma época de acordos voltados para definição de programas sociais. O ano se inicia com um acordo sobre cooperação técnica entre os dois países em matéria de comunicação naquele molde já conhecido: criação de comissões para intercâmbio de informações e organização de seminários (BRASIL;URUGUAI, 2005a).

No mesmo ano, é ratificado um ajuste complementar ao Acordo de cooperação técnica a respeito de “Capacitação e Transferência de Metodologia para o Zoneamento do Cultivo da Videira no Uruguai e Caracterização Enológica dos Vinhos Regionais (BRASIL; URUGUAI, 2005b)” e um acordo abrangendo a “criação de escolas e/ou Institutos Binacionais Fronteiriços Profissionais e/ou Técnicos e para o Credenciamento de Cursos Técnicos Binacionais Fronteiriços (BRASIL; URUGUAI, 2005c)”. Aqui já são demonstrados alguns acordos qualitativamente distintos dos anteriores. Pela primeira vez, fala-se em acordo para criação de escolas nas regiões de fronteira.

Em 2006 dá-se o ápice do número de acordos realizados entre Brasil e Uruguai: nada menos do que onze acordos são assinados, sejam protocolos de intenções, sejam ajustes complementares, os acordos são relacionados a:

- Direitos Relativos à Infância e à Adolescência (BRASIL;URUGUAI,2006a)
- Luta Contra a Discriminação e Promoção da Igualdade Racial (BRASIL; URUGUAI,2006b)
- Capacitação em Educação Ambiental e Produção Colaborativa de Material Didático para a Conservação da Biodiversidade na Bacia Hidrográfica da Lagoa Mirim (BRASIL; URUGUAI,2006c)
- Efeito de Diferentes Diretas e Raças para o Crescimento Animal, o Rendimento de Carcaça e Qualidade da Carne (BRASIL; URUGUAI,2006d)
- Impacto Ambiental pelos Sistemas Agrícolas de Terras Baixas: o Caso da Bacia da Lagoa Mirim (BRASIL; URUGUAI,2006e)
- Impacto Ambiental pelos Sistemas Agrícolas de Terras Baixas: o Caso da Bacia da Lagoa Mirim (BRASIL; URUGUAI,2006f)

- Produção Colaborativa de Informações Ambientais para a Conservação da Biodiversidade na Bacia Hidrográfica da Lagoa Mirim: Consolidação de Rede de Instituições Parceiras e Adequação de Base de Dados para SIG (BRASIL; URUGUAI,2006g)
- Fortalecimento Institucional das Assessorias Internacionais dos Ministérios da Saúde do Brasil e do Uruguai (BRASIL; URUGUAI,2006h)
- Apoio ao Fortalecimento Institucional do Conselho de Educação Técnico Profissional (CETP) da Universidade do Trabalho do Uruguai (UTU) nas Áreas de Indústria, Energia e Meio Ambiente (BRASIL; URUGUAI,2006i)
- Apoio Técnico para Implementação de Bancos de Leite Humano no Uruguai (BRASIL; URUGUAI,2006j)
- Cooperação Técnica em Melhoramento Genético de Hortaliça (BRASIL; URUGUAI,2006k)

Nesse pacote de novos acordos para o ano de 2006, vemos diferenças qualitativas importantes em relação aos anos interiores. A mais clara delas é a grande quantidade de programas sociais a serem implementados via ajuste complementar e alguns programas econômicos-ambientais os quais se relacionam diretamente com a qualidade de vida da população (educação ambiental para a conservação da Lagoa Mirim e melhoramento genético de hortaliças)

Em 2007, há um acordo sobre prestação de cooperação técnica entre os dois países na área de biocombustíveis (BRASIL; URUGUAI,2007a) e outro no sentido de promoção de comércio e investimento entre Brasil e Uruguai (BRASIL; URUGUAI, 2007b). Dois acordos sobre obras de infraestruturas na região da fronteira também surgem nesse ano, com a construção de uma segunda ponte sobre o rio Jaguarão (BRASIL; URUGUAI, 2007c) e revitalização da ponte Mauá (BRASIL; URUGUAI, 2007d)

No ano de 2008 há apenas um acordo relevante para ser comentado aqui em nosso estudo. Trata-se de um ajuste complementar para fortalecer o oferecimento de educação técnica na área de mineira nas regiões de fronteira (BRASIL; URUGUAI, 2008).

Em 2009 há três ajustes complementares que tratam de questões nas áreas de saúde e meio ambiente no que diz respeito a:

- Apoio ao Fortalecimento do Sistema Nacional de Sangue e Hemoderivados do Uruguai (BRASIL; URUGUAI, 2009a)
- Fortalecimento do Ensino Técnico na Área do Meio Ambiente (BRASIL; URUGUAI, 2009b).
- Fortalecimento das Políticas de Enfrentamento à Epidemia de DST/AIDS no Uruguai.(BRASIL; URUGUAI, 2009c)

Por fim, nos anos de 2010 e 2011 são assinados mais seis acordos relacionados fortemente a questões sociais:

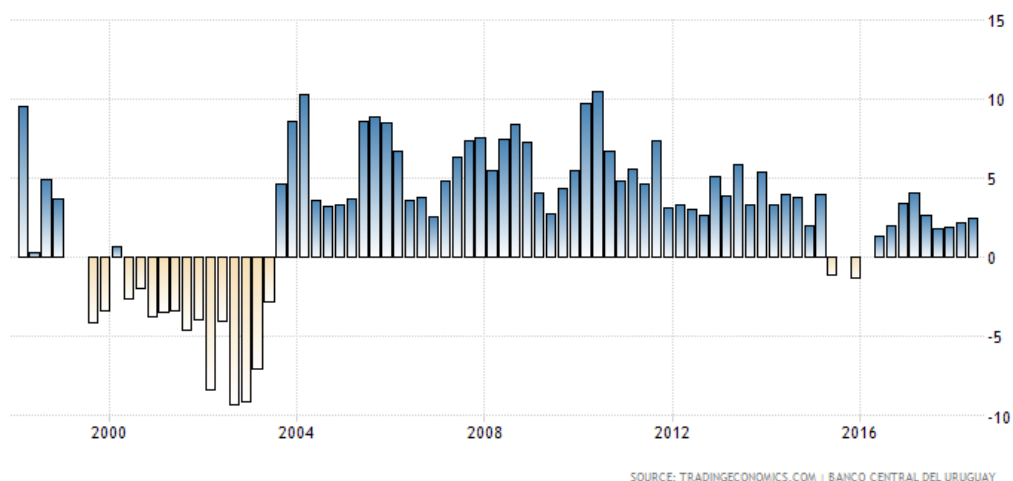
- Transferência de Práticas e Metodologias em Polícia Comunitária (BRASIL; URUGUAI, 2010a)
- Apoio Técnico para a Expansão e Consolidação da Rede de Bancos de Leite Humano do Uruguai (BRASIL; URUGUAI, 2010b)
- Apoio ao Fortalecimento Institucional do CETP-UTU na Área de Mecânica Industria (BRASIL, URUGUAI, 2010c)
- Massificação do Acesso à Internet em Banda Larga e Telecomunicações em Geral (2011 - 2015) (BRASIL; URUGUAI, 2011a)
- Apoio Ao Fortalecimento do Sistema Nacional Integrado de Saúde do Uruguai com Ênfase em Localidades com Menos de Cinco Mil Habitantes (BRASIL, URUGUAI, 2011b)

- Diagnóstico das Potencialidades de Desenvolvimento Regional na Área de Restauro do Patrimônio Edificado (BRASIL, URUGUAI, 2011c)

O que podemos apreender com o panorama histórico de acordos construído acima? Em primeiro lugar, reiteramos o que dissemos na introdução a análise dos acordos Brasil-Uruguai de que a evolução do histórico dos acordos se dá de forma distinta em compararmos com as relações bilaterais entre Brasil e Venezuela. Não há variações tão bruscas e perceptivas na quantidade de acordos e na natureza destes como há na relação do Brasil com a nação venezuelana, justamente porque a economia uruguaia é muito mais constante. Observe o gráfico abaixo acerca da evolução do PIB uruguaio desde o início do século:



Com exceção do colossal encolhimento da economia do início do século, causado em grande parte pela influência extremamente negativa que o calote argentino teve sob a economia do pequeno país ao leste do rio Uruguai, a partir de 2004, todos os anos foram de crescimento econômico. Como no caso com a Venezuela, a ascensão de governos progressistas (no caso uruguaio, os governos de Tabaré Vázquez e Pepe Mujica), mais a prosperidade econômica, faz apenas aumentar a quantidade e a variedade de acordos. Observe o gráfico abaixo:



Vale dizer, portanto, que também no caso uruguaio, existe uma relação diretamente proporcional entre comportamento da economia e número de acordos. Ainda que a economia uruguaia seja mais estável do que a venezuelana e a mais uniforme distribuição dos acordos ao longo dos anos talvez possa dificultar o exercício de se fazer uma conexão entre ambos os aspectos, é preciso ter em conta que é justamente neste momento que podemos ligar os pontos. Uma economia mais estável e menos propensa a gigantescos crescimentos e, no sentido oposto, a crises monstruosas haveria de demonstrar tal tendência nos acordos bilaterais também. Senão vejamos:

- a. Período de 1994 a 2004: vigência de governos neoliberais e de modesto crescimento econômico - 1999 a 2004, forte crise na verdade – temos apenas 12 acordos em dez anos.
- b. Período de 2005 a 2011: vigência de governos trabalhistas e progressistas e alto e regular crescimento econômico. Temos 28 acordos neste período (11 somente no ano de 2006).

Qualitativamente, há diferença nos acordos levando em conta os dois períodos separados acima. Embora essa diferença não seja tão gritante, como no caso da relação com a Venezuela, ainda é possível perceber, depois de 2005, assinaturas de acordos visando a criação de programas sociais, como o programa “Luta Contra a Discriminação e Promoção da Igualdade Racial” em

2006 e o programa de apoio a criação de Bancos de Leite Humano no Uruguai.

5. Considerações finais: Mas que final?

Caminhando agora para o final de nosso estudo, o que tudo isso significa? Temos uma região a qual convencionou-se chamar de subdesenvolvida por todos os motivos que já mostramos, e temos também esses acordos realizados entre países subdesenvolvidos. De que maneira os conceitos de “subdesenvolvimento” e “dependência” pode ser relacionado com os acordos bilaterais?

Na introdução deste estudo, fizemos algumas perguntas. Nossa intenção era respondê-las nas conclusões após refletirmos sobre todos os conceitos e dados nos oferecidos. Perguntamos se natureza dos acordos e suas áreas de influência são alteradas em distintos governos com diferentes orientações ideológicas; se podem atuar direta ou indiretamente nos índices econômicos e sociais dos países (PIB e IDH); e ,por fim, se os acordos eram capazes de reter peso tão significativo a ponto de auxiliar esses países a ultrapassarem o nível de subdesenvolvimento. Acreditamos que depois da empreitada, somos capazes de responder.

Infelizmente, o subdesenvolvimento é algo muito complexo para ser combatido de uma maneira tão direta apenas com meros acordos bilaterais, sejam esses econômicos ou sociais. Percebemos que a maneira de como se desenrola as distintas espécies de acordos entre dois países se caracteriza muito mais como efeito do que causa. Não são acordos bilaterais, quando são realizados, que levam à prosperidade econômica, mas é a prosperidade econômica que ocasiona a realização de acordos dos mais diversos tipos, inclusive bilaterais.

Afirmamos sim que tanto a quantidade, quanto a qualidade dos acordos se alteram em relação aos governos que regem suas chancelarias e seu país de forma geral. Todavia, ainda que o estudo dessas relações bilaterais sejam relevância para compreendermos melhor as complexas nuances que nos é

apresentado pelo subdesenvolvimento, os acordos estão muito mais em uma esfera conjuntural do que estrutural de análise, ao menos os acordos analisados neste estudo. Está claro que nenhum destes apresentados não ajudará ninguém a superar nenhuma condição estrutural, porém nos define melhor a conjuntura na qual cada um dos países está introduzido.

Outro exemplo ótimo desta situação, além do PIB dos países, é analisarmos os índices de desenvolvimento social dos países neste período. De acordo com o site <<https://pt.actualitix.com/pais/ven/venezuela-indice-de-desenvolvimento-humano.php>>, a partir de dados retirados do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) o IDH da Venezuela aumentou numa proporção maior na década de 2000 do que nas décadas anteriores. De acordo com os mesmos dados, o IDH do Uruguai cresceu num ritmo mais acelerado também a partir do século XXI (<<https://pt.actualitix.com/pais/ury/uruguai-indice-de-desenvolvimento-humano.php>>).

Diante de tal situação, no entanto, não há nenhuma prova de que acordos visando a criação de programas sociais tenham contribuídos para o aumento mais acelerado do IDH desses países. Mas podemos afirmar que a vigência de governos progressistas e a conjuntura internacional favorável, que inclusive fez aumentar os índices de desenvolvimento social, fez aumentar também os números dos acordos e diversificá-los no que diz respeito às suas intenções.

O que poderíamos dizer para encerrar nosso trabalho é isso: Não escaparemos tão facilmente do labirinto do subdesenvolvimento. As relações entre países subdesenvolvidos são necessárias para fortalecemo-nos diante das conjunturas internacionais, mas ainda teremos de percorrer um longo caminho, mesmo com os avanços alcançados nessas últimas décadas, expressos nos acordos realizados. O século XXI está aí: cabe a nós lutarmos, mas as correntes seculares e as forças históricas nos deixarão? O século XXI ainda está em aberto.

Notas

1. O caso de Honduras configura-se ainda como algo excepcional. Em 2005, Manuel “Mel” Zelaya, integrante de um dos partidos conservadores tradicionais de Honduras se elegeu com um programa de governo situado na centro-direita do espectro político. No entanto, ao longo de seu governo, em decorrência da conjuntura de crise energética e necessidade de aliar-se a Venezuela para tal fim, houve uma mudança brusca de políticas para a centro-esquerda do espectro político. Algo inédito e único na história da América Latina do pós-redemocratização, a tal mudança encontrou a ira das classes dominantes, das quais Zelaya fazia parte enquanto homem de negócios e dono de terras, causando o fim brusco de seu mandato com um golpe de Estado. Para mais detalhes a respeito ver: CUNHA et al. A right-to-left policy switch? An analysis of the Honduran case under Manuel Zelaya. Los Angeles: International Political Science Review. Apresenta textos sobre política internacional. Disponível em <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21382/1/2013_art_rcmculhafilho.pdf>. Acesso em 18 set. 2018.

2. Entre os dias 21 e 22 de julho de 2012 o parlamento paraguaio realizou um golpe de Estado muito mal camuflado de processo jurídico no terceiro ano e segundo mês do governo do ex-bispo Fernando Lugo de Méndez eleito por uma coligação formada por setores progressistas e conservadores a fim de fazer frente ao Partido Colorado, o qual estava há mais de 60 anos no poder. Levado a cabo pelo parlamento de maioria conservadora e com a condescendência do judiciário todos os trâmites legais para afastar o presidente foram completados em menos de 24 h (SAIBA como foi o golpe do Paraguai de 2012. 2018. Disponível em: <<http://brasildefato.com.br/2018/06/25/saiba-como-foi-o-golpe-do-paraguai-de-2012/>>. Acesso em: 18 set.2018.).

3. O atual cenário da crise Argentina ainda está se desenrolando e está sendo noticiado em todo mundo. Para mais informações ver as reportagens: O ETERNO retorno da crise argentina. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/14/economia/1536918013_424629.

[html](#)>. Acesso em 18 set.2018; A CRISE argentina em 6 gráficos. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45470709>>. Acesso em 18 set.2018.

4. A evolução e constituição das estruturas agrárias constituem em variantes de peso para se refinar o entendimento acerca da situação social e econômica dos países deste subcontinente sofrido. De acordo com o mesmo autor, o modelo de estrutura agrária da região baseado na grande propriedade originou uns poucos e colossais latifúndios e uma constelação de minifúndios abrigados e exprimidos nos interstícios dos primeiros. Minifúndio “é a exploração que, por conta de sua exiguidade, não permite utilizar a mão-de-obra de uma família (dois homens ano e não está em condições de proporcionar uma renda capaz de satisfazer as condições de vida consideradas mínimas adequadas na região (FURTADO, 1970, p.93).” A praticamente impossibilidade de haver um acesso democrático a terra está diretamente relacionado a superexploração do trabalho a qual Marini trata e explicaremos mais tarde. O que é relevante que se entenda agora é a direta relação entre estrutura agrária e subdesenvolvimento

5. Populações autóctones indígenas e as populações africanas escravizadas sempre estiveram a margem de qualquer coisa que diz respeito a decisões sobre seus futuros. As implicações de violência e pilhagem inerentes a colonização se traduzem em "um continuado genocídio e um etnocídio implacável (RIBEIRO, 2001, p.23)" das populações autóctone. Não obstante não seja o foco de nosso trabalho, porém jamais poderíamos deixar de nos referir a esse fato. Pelo contrário, é algo que sempre deve ser lembrado quando o tema se trata de América Latina.

6. É relevante comentar um pouco sobre distribuição de renda nos países subdesenvolvidos. A tendência é de haver uma brutal concentração de

renda nas classes detentoras do meios de produção e o crescimento econômico não necessariamente engendra melhoria na qualidade de vida das pessoas. Furtado (1970) considera “esse aspecto é particularmente significativo no que se refere às economias subdesenvolvidas. A preeminência de fatores exógenos, como a demanda externa de uns poucos produtos primários de preços erráticos a curto prazo [...]. Uma tal situação pode engendrar um perfil de demanda com descontinuidades características, apresentando cada segmento padrões distintos de comportamento. Assim, numa determinada fase de expansão do produto interno, um segmento pode crescer com intensidade enquanto o outro permanece estacionário, ou pode crescer” (p.100)

7. Uma das imagens mais icônicas desta época capaz de representar muito irreverentemente o que foram esses tempos talvez seja aquela em que Juscelino Kubitschek, presidente do Brasil na época, está sentado num com a atriz norte-americana Kim Novak, ambos descalços. O carisma, os sorrisos e a personalidade amável de Juscelino simboliza o que foi essa época pra o Brasil. Crescimento econômico, estabilidade política, relativo apaziguamento das contrariedades sociais entre as diferentes classes em torno de um projeto político e de país comum. Para mais informações a respeito ver BENEVIDES, M. V. M. O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3º ed, 1979.

8. Nesses 14 acordos ainda não estamos contando outros memorandos e atas de encontros os quais citam indiretamente o Convênio Básico de 1973. Esse fato explicita a função deste acordo como base para diversos outros atos internacionais relacionados a criação de programas econômicos e sociais entre Brasil e Venezuela

Referências

ALMEIDA, J. Subdesenvolvimento e dependência: uma análise comparativa de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso. Tese (doutorado) - Programa de

pós-graduação em economia, Porto Alegre, 2009. Disponível em <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/16407>>. Acesso em 15 ago. 2018.

BUESCU, M. Evolução econômica da Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Apec, 1974.

CANO, W. O cerco da globalização financeira e da dependência e econômica. In DIESE (Org.) Emprego e desenvolvimento tecnológico: processos de integração regional. São Paulo: DIESE, 1999. p. 31-46.

FAUSTO, B. História do Brasil. 7ed. São Paulo: Ed. USP, 1999.

FERRARI, Dércio Fernando Moraes. A ascensão política de José Mujica no Uruguai: de guerrilheiro tupamaro a presidente da República. 2016. 110 f. Dissertação (Mestrado em Fronteiras, Identidades e Políticas Públicas) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2016. Disponível em <<http://tede.unioeste.br/handle/tede/2033>>. Acesso em 5 out. 2018.

FURTADO, C. A invenção do subdesenvolvimento. Revista de Economia Política, São Paulo, vol.15, nº 2, p.5-9, abr-jun 1995.

_____. Formação econômica da América Latina. 2. ed. Rio de Janeiro: Lia, Editor S.A., 1970.

_____. O mito do desenvolvimento econômico. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

HOLANDA, S. B. de. Raízes do Brasil. 4 ed. rev. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

KAPLAN, M. Cinquenta anos de história argentina (1925-1985): o labirinto da frustração. In: CASANOVA, P. G. (Org.). América Latina: história de meio século. Brasília: Ed. UnB, 1988. p.19-99. v.1.

LACOSTE, Y. Geografia do subdesenvolvimento. 7. ed. refundida. São Paulo: Difel, 1985.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. México: Era, 1990. Disponível em <[https:// www.centrovictormeyer.org.br](https://www.centrovictormeyer.org.br)>. Acesso em 23 ago. 2018.

MORAES, A. C. R. A dimensão territorial mais formações sociais latino-americanas. In: AZEVEDO, F.; MONTEIRO, J. (Org.). Raízes da América Latina. São Paulo: Ed. USP, 1996.

MORAES, A. C. R. Território e identidade a formação brasileira. In: _____. (Org.). Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo: Ed. Hucitec, 1988. p.93-108.

MORAES, R. Neoliberalismo: de onde vem e para onde vai ?. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2001.

MOREIRA, C. A esquerda no Uruguai e no Brasil: cultura política e desenvolvimento partidário. Opinião Pública, Campinas, vol. 6, nº, p. 17-54, abr. 2000. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762000000100002>>. Acesso em : 10 out. 2018

MOTA, C.G.; LOPEZ, A. História do Brasil: uma interpretação. São Paulo: Ed.34, 2015.

PAULANI, Leda. Acumulação sistêmica, poupança externa e rentismo: observações sobre o caso brasileiro. **Estud. av.**, São Paulo , v. 27, n. 77, p. 237-264, 2013 .

Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142013000100018&lng=en&nrm=iso>. access on 18 Oct. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142013000100018>

RIBEIRO, D. O povo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RIBEIRO, R. C. O impacto das instituições frágeis no desenvolvimento: a “maldição” do petróleo na Venezuela. 2015. 75 p. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado em Relações Internacionais) - Departamento de Ciências Sociais e Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/134814/Monografia%20da%20Raissa%20Coan.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 28 ago. 2018.

RODRIK, D. Depois do neoliberalismo, o quê?. In: NOVOS RUMOS PARA O DESENVOLVIMENTO NO MUNDO, 1., 2002, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, 2002. p. 277-298.

SANTOS. T. Economia Mundial: integração regional e desenvolvimento sustentável. Petrópolis: Vozes, 1993.

SEABRA, Raphael Lana. A revolução venezuelana: chavismo e bolivarianismo. Sociedade e cultura, Goiânia, v.13, n.2, p. 211-220, jul./dez. 2010.

SIERRA, G. Consolidação e Crise do “Capitalismo Democrático” no Uruguai. In In: CASANOVA. P. G. (Org.). América Latina: história de meio século. Brasília: Ed. UnB, 1988. p. 273-301. v.1.

ZAVALA, D. F. M. História de meio século na Venezuela: 1926 – 1975. In: CASANOVA. P. G. (Org.). América Latina: história de meio século. Brasília: Ed. UnB, 1988. P. 233-337. v.2.

Referências: Documentos Brasil-Venezuela

BRASIL; VENEZUELA. Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela. Santa Elena de Uairén, Venezuela, 1973. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/2075>>. Acesso em: 27 de set. 2018.

_____. Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela. Caracas, Venezuela, 1994. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/4005>>. Acesso em: 27 de set. 2018.

_____. Declaração entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela sobre a Formação de uma Área de Livre Comércio. Caracas, Venezuela, 1995a. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/4137>>. Acesso em: 27 de set. 2018.

_____. Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica para a Cooperação Amazônica e do Orenoco entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela. Caracas, Venezuela, 1995b. Disponível em: <concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/4141>. Acesso em: 27 de set. 2018.

_____. Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela. para Cooperação em Matéria de Planejamento. Caracas, Venezuela, 1995c. Disponível em:

<<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/4142>>. Acesso em: 27 de set. 2018.

_____. Declaração de Santa Elena de Uairén entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela. Santa Elena de Uairén, Venezuela, 1998. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/4491>>. Acesso em: 27 de set. 2018.

_____. Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para a Cooperação Turística. Caracas, Venezuela, 2000a. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/4604>>. Acesso em: 27 de set. 2018.

_____. Ajuste Complementar ao Acordo Cultura entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para a Divulgação Recíproca de Informações nas Áreas de Rádio, Televisão e Agências de Notícias. Caracas, Venezuela, 2000b. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/4620>>. Acesso em: 27 de set. 2018.

_____. Comunicado Conjunto - Aliança Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República Bolivariana da Venezuela. Caracas, Venezuela, 2005a. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/5312>> Acesso em: 27 de set. 2018.

_____. Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica. Caracas, Venezuela, 2005b. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/5315>> Acesso em: 27 de set. 2018.

_____. Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia do Brasil e o Ministério de Energia e Petróleo da Venezuela sobre Construção de Plataformas e Navios. Caracas, Venezuela, 2005c.

Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/5316>> Acesso em: 28 set. 2018.

_____. Protocolo de Intenções entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário da República Federativa do Brasil e o Ministério de Agricultura e Terras da República Bolivariana da Venezuela sobre Cooperação na Áreas de Agricultura Familiar e Reforma Agrária. Caracas, Venezuela, 2005d. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/5319>> Acesso em: 28 set. 2018.

_____. Memorando de Entendimentos entre a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República Federativa do Brasil e o Ministério de Agricultura e Terras da República Bolivariana da Venezuela. Caracas, Venezuela, 2005e. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/5320>> Acesso em: 28 set. 2018.

_____. Declaração do Rio de Janeiro entre Brasil e Venezuela - Primeiro trecho do Grande Gasoduto do Sul. Rio de Janeiro, Brasil, 2007a. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/5745>> Acesso em: 28 set. 2018.

_____. Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Bolivariana da Venezuela na Área da Infra-Estrutura. Caracas, Venezuela, 2007b. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/5805>> Acesso em: 28 set. 2018.

_____. Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, para Implementação do Projeto ``Desenvolvimento Institucional do Instituto de Altos Estudos em Saúde Doutor Arnoldo Gabaldon `` entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela. Caracas, Venezuela, 2007c. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/5990>> Acesso em: 28 set. 2018.

_____. Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela, para Implementação do

Projeto ``Produção de Mandioca nos Estados de Anzoátegui e de Monagas. Caracas, Venezuela, 2007d. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/5991>> Acesso em: 28 set. 2018.

_____. Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, para Implementação do Projeto ``Capacitação dos Recursos Humanos do Serviço Autônomo da Controladoria Sanitária da República Bolivariana da Venezuela em Vigilância e Controle dos Produtos de uso e Consumo Humano. Caracas, Venezuela, 2007e. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/5994>> Acesso em: 28 set. 2018.

_____. Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, para Implementação do Projeto ``Fortalecimento da Vigilância e Controle dos Resíduos e Contaminantes nos Alimentos da Venezuela. Caracas, Venezuela, 2007f. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/5995>> Acesso em: 28 set. 2018.

_____. Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela, para Implementação do Projeto ``Desenvolvimento de Tecnologias Alternativas para o Processamento de Cítricos em Pequena Escala. Caracas, Venezuela, 2007g. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/5996>> Acesso em: 28 set. 2018.

_____. Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela, para Implementação do Projeto ``Apoio Técnico para Implantação e Implementação de Bancos de Leite Humano na Venezuela. Caracas, Venezuela, 2007h. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/5992>> Acesso em: 28 set. 2018.

_____. Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, para Implementação do Projeto ``Produção de Mudanças e

Beneficiamento Ecológico do Café ``. entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Bolivariana da Venezuela. Caracas, Venezuela, 2007i. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/5993>> Acesso em: 28 set. 2018.

_____. Memorando de Entendimento em Matéria de Sistema de Reserva de Alimentos entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Bolivariana da Venezuela. Caracas, Venezuela, 2008a. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/6050>> Acesso em: 28 set. 2018.

_____. Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela em Matéria de Segurança e Soberania Alimentares entre o Brasil e a Venezuela. Caracas, Venezuela, 2008b. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/6051>> Acesso em: 28 set. 2018.

_____. Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana de Venezuela sobre Cooperação Ambiental. Caracas, Venezuela, 2008c. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/6148>> Acesso em: 29 set. 2018.

_____. Memorando de Entendimento no Marco do Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Bolivariana da Venezuela em Matéria Siderúrgica. Caracas, Venezuela, 2008d. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/6149>> Acesso em: 29 set. 2018.

_____. Memorando de Entendimento entre o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior da República Federativa do Brasil e o Ministério do Poder Popular para a Economia Comunal da República Bolivariana da Venezuela. Caracas, Venezuela, 2008e. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/6151>> Acesso em: 29 set. 2018.

_____. Memorando de Entendimento entre o Brasil e a Venezuela para o Desenvolvimento de um Centro Binacional em Santa Elena de Uairén. Caracas, Venezuela, 2008f. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/6152>> Acesso em: 29 set. 2018.

_____. Acordo-Quadro de Cooperação em Ciência e Tecnologia Espacial entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Bolivariana da Venezuela. Caracas, Venezuela, 2008g. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/6153>> Acesso em: 29 set. 2018.

_____. Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Implementação de um Programa de Agricultura Familiar. Manaus, Brasil, 2008h. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/6235>> Acesso em: 29 set. 2018.

_____. Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para a Implementação de um Programa de Produção de Soja. Manaus, Brasil, 2008i. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/6236>> Acesso em: 29 set. 2018.

_____. Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela no Setor Elétrico. Maracaibo, Venezuela, 2009a. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/6304>> Acesso em: 29 set. 2018.

_____. Ajuste Complementar entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela ao Convênio Básico de Cooperação Técnica nas Áreas Agrícola e Industrial. Maracaibo, Venezuela, 2009b. Disponível em:

<<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/6305>> Acesso em: 29 set. 2018.

_____. Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela sobre Cooperação Esportiva. El Tigre, Venezuela, 2009c. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/6536>> Acesso em: 30 set. 2018.

_____. Memorando de Entendimento entre o Ministério das Comunicações da República Federativa do Brasil e o Ministério do Poder Popular para a Ciência, Tecnologia e Indústrias Intermediárias da República Bolivariana da Venezuela, para a Implementação da Radiodifusão de Televisão Digital Terrestre na República Bolivariana da Venezuela. El Tigre, Venezuela, 2009d. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/6539>> Acesso em: 30 set. 2018.

_____. Carta de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para o Desenvolvimento de Orquestras Infantis e Juvenis na República Federativa do Brasil. Brasília, Brasil, 2010a. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/6748>> Acesso em: 30 set. 2018.

_____. Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Implementação do Projeto “Apoio ao Plano de Desenvolvimento Sustentável para Favelas de Caracas”. Brasília, Brasil, 2010b. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/6750>> Acesso em: 30 set. 2018.

_____. Primeiro Plano de Ação Social entre Brasil – Venezuela. Caracas, Venezuela, 2010c. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/6911>> Acesso em: 30 set. 2018.

_____. Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da

Venezuela em Matéria de Energia Elétrica. Caracas, Venezuela, 2010d. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/6747>> Acesso em: 30 set. 2018.

_____. Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para a Criação de Quatro Centros Técnicos Produtivos Florentinos nos Estados Bolívar, Delta Amacuro, Anzoátegui e Monagas, na Venezuela. Caracas, Venezuela, 2010e. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/6912>> Acesso em: 30 set. 2018.

_____. Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Execução de um Sistema Nacional de Produção de Sementes de Alto Valor Estratégico. Caracas, Venezuela, 2010f. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/6916>> Acesso em: 30 set. 2018.

_____. Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Implementação do Projeto “Cooperação Técnica entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o Instituto Nacional de Estatística da Venezuela. Caracas, Venezuela, 2010g. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/6907>> Acesso em: 30 set. 2018.

Referências: Documentos Brasil-Uruguai

BRASIL; URUGUAI. Declaração Conjunta entre o Brasil e o Uruguai. Montevideu, Uruguai, 1993a. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br>>. Acesso em 02 out. 2018

_____. Acordo, por troca de Notas, que Cria o Estatuto da Comissão Mista Brasileiro-Uruguiaia para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí - (CRQ) entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai. Montevideu, Uruguai, 1993b. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br>>. Acesso em 02 out. 2018

_____. Memorando de Entendimento sobre a Construção de uma Ponte sobre o Rio Jaguarão e Ata de Pelotas entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai. Pelotas, Brasil, 1994a. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br>>. Acesso em 02 out. 2018

_____. Acordo, por troca de Notas, que Estabelece o Estatuto da Comissão Mista Brasileiro-Uruguiaia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (CLM) entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai. Pelotas, Brasil, 1994b. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br>>. Acesso em 02 out. 2018

_____. Protocolo de Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio para a Interconexão Elétrica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai. Nova Iorque, EUA, 1994c. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br>>. Acesso em 02 out. 2018

_____. Acordo, por Troca de Notas, sobre Criação dos Comitês de Fronteira Aceguá-Aceguá e Bella Unión-Barra do Quaraí entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai. Brasília, Brasil, 1995. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br>>. Acesso em 02 out. 2018

_____. Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Atividades na Área de Biotecnologia. Montevideu, Uruguai, 1996. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br>>. Acesso em 02 out. 2018

_____. Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai sobre Interconexão em Extra-Alta Tensão entre os Sistemas Elétricos dos dois Países. Montevideu, Uruguai, 1997a. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br>>. Acesso em 02 out. 2018

_____. Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre o Desenvolvimento de Intercâmbios Elétricos e Futura Integração Elétrica. Montevideu, Uruguai, 1997b. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br>>. Acesso em 02 out. 2018

_____. Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre Facilitação de Atividades Empresariais. Montevideu, Uruguai, 1997c. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br>>. Acesso em 02 out. 2018

_____. Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai sobre o Programa de Cooperação Técnica. Montevideu, Uruguai, 2002. Acesso em 02 out. 2018

_____. Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Técnica entre o governo da República Federativa do Brasil e do Governo da República Oriental do Uruguai sobre Atividades de Cooperação entre a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Sul e o Escritório de Planejamento e Orçamento da Presidência da República Oriental do Uruguai. Montevideu, Uruguai, 2003a. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br>>. Acesso em 02 out. 2018

_____. Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Saúde na Fronteira. Montevideu, Uruguai, 2003b. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br>>. Acesso em 02 out. 2018

_____. Acordo de Cooperação em Matéria de Comunicação entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai. Brasília, Brasil, 2005a. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br>>. Acesso em 02 out. 2018

_____. Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto "Capacitação e Transferência de Metodologia para o Zoneamento do Cultivo da Videira no Uruguai e Caracterização Enológica dos Vinhos Regionais". Brasília, Brasil, 2005b. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br>>. Acesso em 02 out. 2018

_____. Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para a Criação de Escolas e/ou Institutos Binacionais Fronteiriços Profissionais e/ou Técnicos e para o Credenciamento de Cursos Técnicos Binacionais Fronteiriços. Brasília, Brasil,

2005c. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br>>. Acesso em 02 out. 2018

_____. Protocolo de Intenções entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai em Matéria de Direitos Relativos à Infância e à Adolescência. Montevideu, Uruguai, 2006a. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br>>. Acesso em 02 out. 2018

_____. Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai na Área da Luta Contra a Discriminação e Promoção da Igualdade Racial. Brasília, Brasil, 2006b. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br>>. Acesso em 02 out. 2018

_____. Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto "Capacitação em Educação Ambiental e Produção Colaborativa de Material Didático para a Conservação da Biodiversidade na Bacia Hidrográfica da Lagoa Mirim. Montevideu, Uruguai, 2006c. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br>>. Acesso em 02 out. 2018

_____. Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto "Efeito de Diferentes Diretas e Raças para o Crescimento Animal, o Rendimento de Carcaça e Qualidade da Carne. Montevideu, Uruguai, 2006d. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br>>. Acesso em 02 out. 2018

_____. Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto "

Impacto Ambiental pelos Sistemas Agrícolas de Terras Baixas: o Caso da Bacia da Lagoa Mirim". Montevideu, Uruguai, 2006e. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br>>. Acesso em 04 out. 2018.

_____. Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do projeto "Capacitação em Laboratório de ensaios Físico-Mecânicos". Montevideu, Uruguai, 2006f. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br>>. Acesso em 04 out. 2018.

_____. Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto "Produção Colaborativa de Informações Ambientais para a Conservação da Biodiversidade na Bacia Hidrográfica da Lagoa Mirim: Consolidação de Rede de Instituições Parceiras e Adequação de Base de Dados para SIG". Montevideu, Uruguai, 2006g. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br>>. Acesso em 04 out. 2018.

_____. Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto "Fortalecimento Institucional das Assessorias Internacionais dos Ministérios da Saúde do Brasil e do Uruguai". Montevideu, Uruguai, 2006h. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br>>. Acesso em 04 out. 2018.

_____. Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto

“Apoio ao Fortalecimento Institucional do Conselho de Educação Técnico Profissional (CETP) da Universidade do Trabalho do Uruguai (UTU) nas Áreas de Indústria, Energia e Meio Ambiente”. Montevideu, Uruguai, 2006i. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br>>. Acesso em 04 out. 2018.

_____. Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto “Apoio Técnico para Implementação de Bancos de Leite Humano no Uruguai”. Montevideu, Uruguai, 2006j. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br>>. Acesso em 04 out. 2018.

_____. Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto “Cooperação Técnica em Melhoramento Genético de Hortaliças”. Montevideu, Uruguai, 2006k. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br>>. Acesso em 04 out. 2018.

_____. Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai sobre Programa de Cooperação na Área de Biocombustíveis. San Juan de Anchorena, Uruguai, 2007a. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br>>. Acesso em 05 out. 2018.

_____. Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e Investimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai. San Juan de Anchorena, Uruguai, 2007b. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br>>. Acesso em 05 out. 2018.

_____. Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para a Construção de uma Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Jaguarão, nas proximidades das Cidades de Jaguarão e Rio Branco. San Juan de Anchorena, Uruguai, 2007c. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br>>. Acesso em 05 out. 2018.

_____. Acordo, por troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para a Restauração da Ponte Internacional Barão de Mauá. San Juan de Anchorena, Uruguai, 2007d. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br>>. Acesso em 05 out. 2018.

_____. Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, e Técnica entre o Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto “Apoio ao Fortalecimento institucional do CETP-UTU na Área de Mineração”. Montevideu, Uruguai, 2008. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br>>. Acesso em 05 out. 2018.

_____. Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto “Apoio ao Fortalecimento do Sistema Nacional de Sangue e Hemoderivados do Uruguai.”. Montevideu, Uruguai, 2009a. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br>>. Acesso em 05 out. 2018.

_____. Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto “Fortalecimento do Ensino Técnico na Área do Meio Ambiente.”. Montevideu,

Uruguai, 2009b. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br>>. Acesso em 05 out. 2018.

_____. Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto “Fortalecimento das Políticas de Enfrentamento à Epidemia de DST/AIDS no Uruguai”. Montevideu, Uruguai, 2009c. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br>>. Acesso em 05 out. 2018.

_____. Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto “Transferência de Práticas e Metodologias em Polícia Comunitária”. Montevideu, Uruguai, 2010^a. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br>>. Acesso em 05 out. 2018.

_____. Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto “Apoio Técnico para a Expansão e Consolidação da Rede de Bancos de Leite Humano do Uruguai”. Montevideu, Uruguai, 2010b. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br>>. Acesso em 05 out. 2018.

_____. Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto “Apoio ao Fortalecimento Institucional do CETP-UTU na Área de Mecânica Industrial”. Montevideu, Uruguai, 2010c. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br>>. Acesso em 05 out. 2018.

_____. Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Fazer Avançar a Cooperação Bilateral na Área de Massificação do Acesso à Internet em Banda Larga e Telecomunicações em Geral (2011 - 2015). Montevideu, Uruguai, 2011a. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br>>. Acesso em 05 out. 2018.

_____. Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto “Apoio Ao Fortalecimento do Sistema Nacional Integrado de Saúde do Uruguai com Ênfase em Localidades com Menos de Cinco Mil Habitantes”. Montevideu, Uruguai, 2011b. Acesso em 05 out. 2018.

_____. Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto “Diagnóstico das Potencialidades de Desenvolvimento Regional na Área de Restauro do Patrimônio Edificado”. Montevideu, Uruguai, 2011c. Acesso em 05 out. 2018.

-